

EDIÇÕES JURÍDICAS

# CATÁLOGO GERAL



NOVACAUSA  
EDIÇÕES JURÍDICAS

# A Prova Ilícita no Processo Civil Moçambicano

## *Da Problemática da Colisão de Direitos Fundamentais*

**ALFREDO FAIFE**

(...) Neste estudo, o Autor analisa juridicamente o efeito jusprocessual do modo de obtenção da prova no resultado do próprio processo, sobretudo quando a apresentação ou a produção da referida prova viole direitos fundamentais. Isto é, busca responder à seguinte pergunta: em Processo Civil o uso de prova ilícita pode conduzir a resultados lícitos? No fundo, tal como sintetiza na frase de Ovídio citada nesta obra, o Autor discute se em matéria da prova em Processo Civil os fins justificam os meios – e se sim, em que termos?

Portanto, nesta obra “A Prova Ilícita no Processo Civil Moçambicano – Da Problemática da Colisão de Direitos Fundamentais”, o Autor revela-nos, através do método jurídico, um percurso dogmático enriquecedor que conduz o leitor à resposta ao complexo problema objecto deste estudo.

Como corolário, é interessante perceber, a final, que entre as correntes doutrinárias que pugnam pela total invalidade da prova ilícita em Processo Civil e as contraditórias, de cariz mais liberal, que defendem a validade absoluta dessa prova em homenagem à verdade material; o Autor optou por um moderado *tertium genus* (terceira via), fazendo jus ao ditado que reza que a virtude está no meio (*virtus in medium est*). (...)

In Prefácio

GILBERTO CORREIA

Advogado, Jurisconsulto e Docente Universitário



2022, março | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €24 | S/IVA €22,64

216 Páginas

9789899026391

Capa mole

Lombada 10,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,418



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

# A Perda de Chance no Direito Português

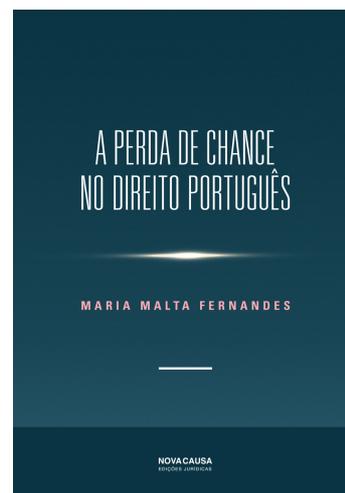
MARIA MALTA FERNANDES

O texto publicado corresponde, no essencial, à tese de doutoramento em Direito apresentada na Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho (Escola Internacional de Doutoramento) da Universidade de Vigo a 16 de junho de 2021

O presente trabalho intitulado “A Perda de *Chance* no Direito Português” diz respeito a uma investigação na área da responsabilidade civil que pretende dar resposta às lacunas normativas face à crescente aceitação jurisprudencial da indemnização do dano decorrente da perda de *chance* (ou de oportunidade).

O desenvolvimento de uma investigação fora do regime de dedicação académica exclusiva tem a dificuldade de estar totalmente disponível para aquela tarefa; todavia, na escolha do tema, quisemos integrar a nossa experiência profissional na prática do direito assim como a dedicação ao ensino de tal forma que o tema em análise tenha uma autêntica projeção problemática. As reflexões aqui vertidas pretendem, pois, servir de apoio à evolução jurisprudencial e normativa no contexto do ordenamento jurídico português.

Aqui chegados, determinada a vocação com que abordamos a árdua tarefa de pesquisa, é necessário, como questão preliminar, indicar o motivo da escolha do tema da perda de *chance* (ou de oportunidade) dentro do universo de possibilidades que a evolução recente do direito da responsabilidade civil no contexto português e comunitário tem vindo a ser chamado a conformar.



2022, março | 1.ª Edição

Tese

Direito Civil

C/IVA €40 | S/IVA €37,74

400 Páginas

9789899026407

Capa mole

Lombada 20 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,694

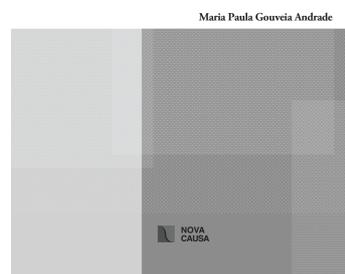


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Do Condomínio – Volume 1

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

O regulamento do condomínio  
As convocatórias  
As procurações  
As actas  
Os contratos  
O contencioso  
Diversos



2022, março | 1.ª Edição

---

Série Formulários

---

Direito Civil

---

C/IVA €22 | S/IVA €20,75

---

152 Páginas

---

9789899026384

---

Capa mole

---

Lombada 7,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,322

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Código de Processo Penal – Anotado e Comentado – Volume I

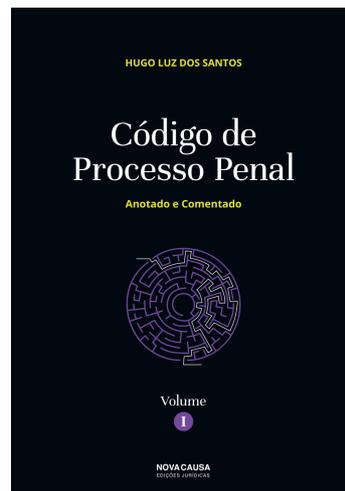
HUGO LUZ DOS SANTOS

O Código de Processo Penal é um instrumento legislativo de importância precípua no quotidiano dos profissionais forenses (advogados, magistrados, órgãos de polícia criminal e demais intervenientes processuais) e dos cidadãos que interpelam diariamente o sistema de administração de justiça penal.

O objectivo primacial que preside a esta anotação e comentário é, do ponto de vista perspectivo, decantar o sentido e alcance das normas processuais penais que se encontram esculpidas neste momentoso compêndio legislativo.

Esta obra colima-se, outrossim, do ponto de vista prospectivo, a cinzelar as linhas motrizes do amanhã processual penal.

**Esta anotação e comentário leva em conta as sucessivas alterações introduzidas na versão originária do Código de Processo Penal até à Lei n.º 94/2021, de 21 de Dezembro.**



2022, fevereiro | 1.ª Edição

Legislação

Direito Processual

C/IVA €48 | S/IVA €45,28

456 Páginas

9789899026353

Capa dura

Lombada 22,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,778



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# Código Cooperativo e Legislação da Economia Social

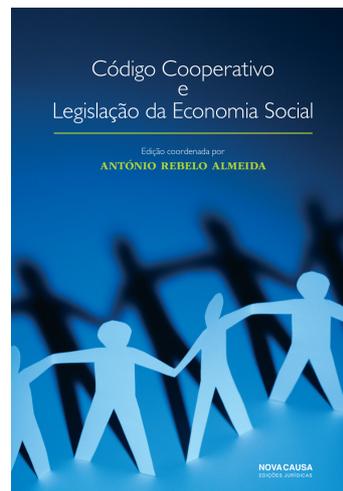
ANTÓNIO REBELO ALMEIDA

## I – CÓDIGO COOPERATIVO

- 1 – Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto (Aprova o Código Cooperativo)
- 2 – Lei n.º 66/2017, de 9 de agosto (Primeira alteração à Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo)

## II – LEGISLAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL

- 1 – Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (Lei de bases da economia social)
  - 2 – Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro (Cria a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social)
  - 3 – Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto (Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo)
  - 4 – Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril (Procede à 1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro)
  - 5 – Lei n.º 12/2017, de 2 de maio (Altera a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto)
  - 6 – Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto (Aprova o Código das Associações Mutualistas)
  - 7 – Decreto-Lei n.º 37/2019, de 15 de março (Clarifica o regime transitório de supervisão das associações mutualistas)
- ## III – NORMAS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA RELATIVAS À ECONOMIA SOCIAL



2022, fevereiro | 1.ª Edição

Legislação

Direito Administrativo

C/IVA €18 | S/IVA €16,98

232 Páginas

9789899026360

Capa mole

Lombada 11,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,442



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Justiça e Direito q.b.

ANDRÉ LAMAS LEITE

A presente obra reúne uma série de artigos de opinião no jornal "Público", sobre Justiça e Direito. Visa dar uma visão panorâmica de vários assuntos, numa linguagem acessível a não-juristas não se furtando o autor a dar a sua opinião em temas complexos.

Justiça e Direito q.b.  
ANDRÉ LAMAS LEITE



2022, fevereiro | 1.ª Edição

Artigos

C/IVA €25 | S/IVA €23,58

280 Páginas

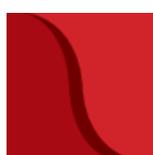
9789899026346

Capa mole

Lombada 14 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,514



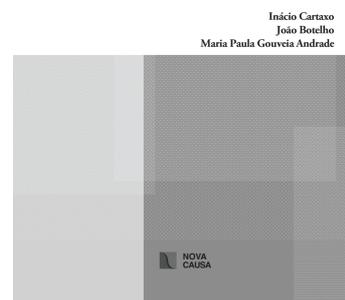
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Acidentes de Viação - Volume 2

## *O dano biológico*

**JOÃO BOTELHO**

- I.1 - Acidente (danos biológicos)
- I.2 - Acidente (danos biológicos)
- I.3 - Acidente (danos biológicos)
- II.1 - Fractura da perna
- II.2 - Traumatismo no braço - Acidente simultaneamente de viação e de trabalho
- II.3 - Fractura da omoplata
- II.4 - Fractura de arcos costais
- II.5 - Fractura do fémur
- II.6 - Traumatismo do joelho
- II.7 - Traumatismo crânio-encefálico numa criança com 10 anos
- II.8 - Ferida lacerativa na face anterior da perna esquerda
- II.9 - Fractura das ramas ília e isquio-púbicas
- II.10 - Hematoma sub dural parietal direito
- II.11 - Trauma da hemiface direita
- II.12 - Trauma de laceração da língua
- II.13 - Traumatismo da região dorso-lombar
- II.14 - Traumatismo da cervical
- II.15 - Fractura do radio-distal
- II.16 - Politraumatismos
- II.17 - Politraumatismos II
- II.18 - Lesões nos membros inferiores e no abdómen
- II.19 - Fractura do nariz
- II.20 - Reconstrução da coifa dos rotadores
- II.21 - Síndrome subjectivo post-concussão craniana
- II.22 - Status pós traumático do tornozelo esquerdo
- II.23 - Ferida occipital
- II.24 - Marcha claudicante



2022, fevereiro | 1.º Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €23 | S/IVA €21,7

208 Páginas

9789899026339

Capa mole

Lombada 10,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,406



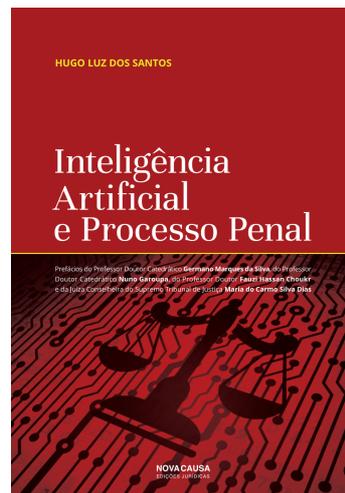
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Inteligência Artificial e Processo Penal

HUGO LUZ DOS SANTOS

A quarta revolução industrial que está a despontar na arena social infligirá momentosas alterações no nosso quotidiano. A inteligência artificial e a *internet of things* -polarização dialéctica com base na qual avultará, quer a *robotização do ser humano*, quer a mirífica *humanização da máquina* - metamorfosarão o processo penal para sempre. *Beyond recognition*. Emergirá, a partir dessa polaridade dialéctica, um novo Direito (Processual) Penal da Segurança Máxima. É desse neófito quadro dogmático-legal que esta monografia cuidará.

Hugo Luz dos Santos é Doutor em Direito e Professor Universitário. É Assistente (em tempo parcial) da Faculdade de Direito da Universidade de Macau e Assistente da *City University of Macau*. É Magistrado do Ministério Público (em licença sem vencimento). É Perito (*Research Fellow*) no Forum for International Conciliation and Arbitration (FICA, Oxford, Reino Unido). Foi Agraciado com a *Fellowship of the Royal Society of Arts of the United Kingdom* “in recognition of his outstanding contributions to the fields of justice, rule of law and policy worldwide” (Londres, Reino Unido). Desempenha, ainda, as funções de Senior Cross-Border Dispute Resolution Advisor da Alexander Byrne and Sidhu and Partners (San Jose, Costa Rica). É autor de 18 monografias e de dezenas de artigos científicos publicados nas melhores revistas da especialidade nacionais e estrangeiras.



2022, janeiro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €27 | S/IVA €25,47

256 Páginas

9789899026308

Capa mole

Lombada 12,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,478



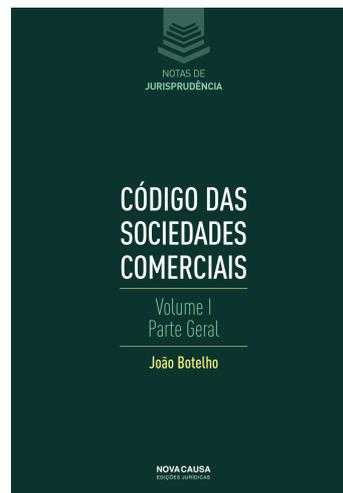
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Código das Sociedades Comerciais – Parte Geral

*Notas de Jurisprudência*

**JOÃO BOTELHO**

O presente trabalho visa divulgar a jurisprudência cardeal sobre as sociedades comerciais a partir dos artigos do código, seguindo um critério cronológico decrescente.



2022, janeiro | 1.ª Edição

---

Códigos

---

Direito Comercial

---

C/IVA €41 | S/IVA €38,68

---

512 Páginas

---

9789899026292

---

Capa mole

---

Lombada 25,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,862

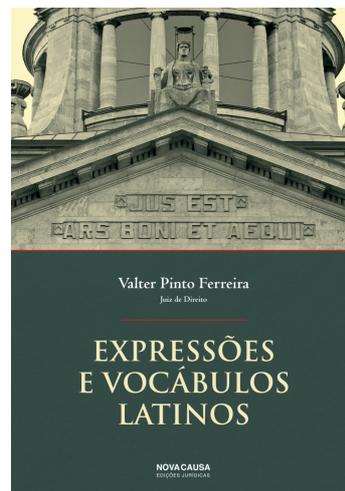
---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Expressões e Vocábulos Latinos

VALTER PINTO FERREIRA



Sem a pretensão de ser tratado como um dicionário de latim, o trabalho que ora se oferece à crítica tem como principal objectivo traduzir, explicando sempre que relevante, não apenas as máximas latinas do Direito Antigo, mas igualmente locuções várias que, pese embora se não utilizem no dia-a-dia jurídico e judiciário, relevam pela riqueza do conhecimento.

Assumidamente dirigida aos actores do Direito, porque aí encontra muitos dos exemplos que facilitam a compreensão do que se traduz, acreditamos que esta obra interessará outrossim àqueles que se dedicam a áreas distintas, razão pela qual se procurou adoptar uma linguagem mais prática do que técnica, assim procurando chegar a todos, e a cada um.

Licenciado e mestre em Direito, Valter Pinto Ferreira ingressou no Centro de Estudos Judiciários no ano de 2018, sendo actualmente Juiz de Direito.

Obteve o Certificado de Competências Pedagógicas, assim como o Certificado de Competências em Tecnologias da Informação e da Comunicação, e participou em diversas acções de formação, das quais de destacam o Branqueamento de Capitais, os Direitos Humanos, o Direito Constitucional e Tramitação Processual no Tribunal Constitucional ou o Direito da União Europeia.

É autor de artigos científicos publicados em Revistas Jurídicas como a Revista de Direito da Universidade Lusíada do Porto, a *Scientia Iuridica* ou a JULGAR, tendo subordinado a tese de Mestrado ao tema da eutanásia, sob o título «*Eutanásia: Julgar a Medicina ou Curar o Direito?*».

2022, janeiro | 1.ª Edição

---

Manual

---

Dicionários

---

C/IVA €38 | S/IVA €35,85

---

440 Páginas

---

9789899026285

---

Capa mole

---

Lombada 22 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,754

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

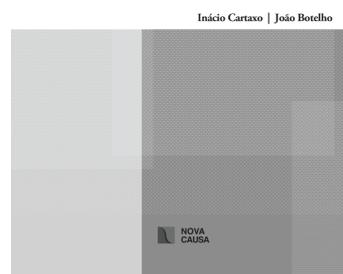
# Acidentes de Viação – Volume 1

## *A dinâmica do acidente*

**JOÃO BOTELHO**

**INÁCIO CARTAXO**

- 1 – Minuta genérica
- 2 – Falta de cedência de passagem
- 3 – Invasão da faixa de rodagem contrária
- 4 – Embate por trás
- 5 – Desobediência ao sinal de “STOP”
- 6 – Transposição da linha longitudinal contínua
- 7 – Manobra de inversão do sentido de marcha
- 8 – Ultrapassagem perigosa
- 9 – Embate de motociclo contra porta de veículo aberta inesperadamente
- 10 – Despiste
- 11 – Manobra de marcha-à-ré
- 12 – Acidentes nas auto-estradas
- 13 – Desobediência ao sinal proibido
- 14 – Mudança súbita de direcção
- 15 – O embate entre rodados
- 16 – Atropelamento
- 17 – Acções contra o Fundo de Garantia Automóvel
- 18 – Da culpa



2021, novembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €23 | S/IVA €21,7

176 Páginas

9789899026278

Capa mole

Lombada 8,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

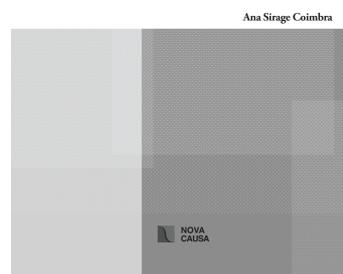
Kgs ,358



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Contraordenações Económicas

ANA SIRAGE COIMBRA



O Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas (adiante RJCE), e entrou em vigor em 28 de julho de 2021. Com uma abordagem prática, este manual reúne um conjunto de formulários aplicáveis à tramitação do procedimento contraordenacional neste novo regime jurídico. Além da inclusão de minutas destinadas ao exercício dos direitos dos arguidos, a singularidade deste guião resulta da abrangência de vários modelos necessários à instauração, instrução e decisão dos processos de contraordenação por parte das autoridades administrativas competentes.

2021, novembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Comercial

C/IVA €26,50 | S/IVA €25

216 Páginas

9789899026261

Capa mole

Lombada 10,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,418



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Violência Doméstica - Legislação | Jurisprudência

MARTA DA SILVA COSTA

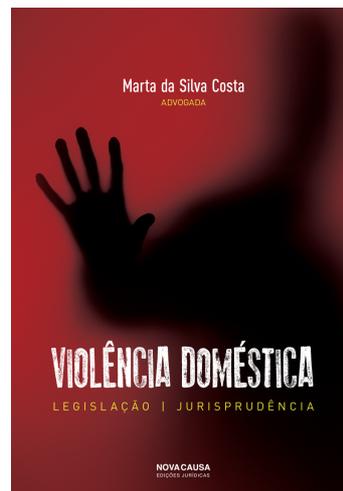
Após publicação, em Julho, de “Violência Doméstica – Série Formulários”, entendi que poderia ser útil uma “colectânea” que, tentasse reunir a diversa legislação sobre esta temática.

Pese embora os Códigos Penal e de Processo Penal sejam a “ferramenta base”, não são suficientes e, no que à Violência Doméstica diz respeito, há uma série de normas avulsas – Convenções, Despachos, Decretos, Diretivas, Leis... Pelo que, este resulta da necessidade de ver reunida a diversa legislação existente no nosso ordenamento jurídico sobre este tema.

Por certo terá ficado aquém do que podia ter aqui compilado e, certamente, amanhã e nos dias que se seguirão, novas normas hão-se surgir, no entanto, da pesquisa feita e salvo melhor opinião, julgo ter conseguido reunir os principais diplomas legais sobre Violência Doméstica.

A Jurisprudência aqui trazida resulta da pesquisa sobre o que de mais recente tem sido decidido pelos nossos Tribunais Superiores.

Que este possa ser um contributo útil para os que, diariamente, lidam com questões sobre Violência Doméstica.



2021, outubro | 1.ª Edição

Legislação

Direito Penal

C/IVA €25 | S/IVA €23,58

376 Páginas

9789899026247

Capa mole

Lombada 18,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,658



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Regulamento das Custas Processuais

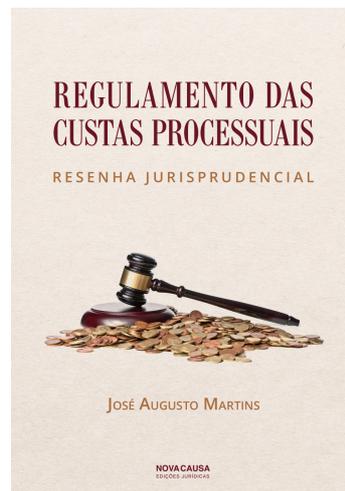
*Resenha jurisprudencial*

**JOSÉ AUGUSTO MARTINS**

No exercício da nossa actividade profissional tivemos necessidade muito frequentemente de ser esclarecidos sobre questões concretas no âmbito das custas processuais, matéria que era invariavelmente tratada pelo contador do processo e, não encontrando respostas a cada vexata quaestio que se nos apresentava nos livros publicados, fomos recorrendo à jurisprudência, pela assinalável concretude e visão prática do direito, coligindo-a para uso pessoal.

É surpreendente a quantidade de vezes que os tribunais superiores foram chamados a decidir sobre a problemática das custas processuais, um diploma legal de apenas 40 incisos.

Esperamos que este trabalho de recolha jurisprudencial se preste a alguma utilidade e seja francamente útil a quem o adquira.



2021, outubro | 1.ª Edição

---

Manual

---

Direito Processual

---

C/IVA €28,50 | S/IVA €26,89

---

272 Páginas

---

9789899026254

---

Capa mole

---

Lombada 13,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,502

---



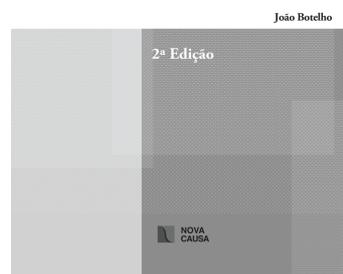
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Requerimentos Probatórios em Processo Civil – 2.<sup>a</sup> Edição

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

- I. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA
- II. PROVA POR DOCUMENTOS
- III. PROVA POR CONFISSÃO E POR DECLARAÇÕES DE PARTES
- IV. PROVA PERICIAL
- V. PROVA POR INSPECÇÃO
- VI. PROVA TESTEMUNHAL



2021, setembro | 2.<sup>a</sup> Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €26,50 | S/IVA €25

184 Páginas

9789899026216

Capa mole

Lombada 9,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,37



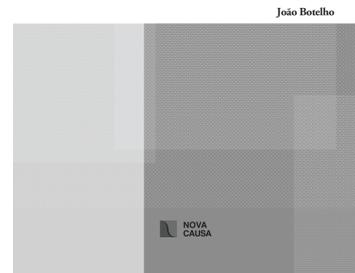
**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# Impugnação Pauliana

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

Impugnação pauliana de partilha fraudulenta  
Impugnação pauliana de falsa separação de bens  
Impugnação pauliana num caso de mera negligência consciente  
Impugnação pauliana de acto de alienação de bem adquirido pelo devedor em data posterior à constituição do crédito  
Impugnação pauliana de alienação de bem comum do casal  
Impugnação pauliana contra direito de usufruto constituído, no mesmo acto de transmissão, a favor do cônjuge não devedor  
Impugnação de venda fantástica de imóvel a terceiro de má fé  
Impugnação pauliana de renúncia a usufruto  
Impugnação pauliana de dação em pagamento  
Falta de dolo  
Falta de dolo bilateral  
Ilegitimidade do promitente comprador  
Co-avalista  
Cônjuge não devedor  
Crédito posterior ao acto  
Quebra da corrente de transmissões de má fé  
Caducidade  
Carta resolutiva incondicional em benefício da massa  
Acção declarativa incidental de impugnação da resolução contra a Massa Insolvente I  
Acção declarativa incidental de impugnação da resolução contra a Massa Insolvente II  
Requerimento inicial de Arresto preliminar a acção pauliana  
Anulação de venda a descendentes  
Recurso contra despacho nos termos do art.º 740.º do CPC  
Réplica-Resposta a excepção de caducidade  
Pedido de condenação por litigante de má fé



2021, setembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €22 | S/IVA €20,75

152 Páginas

9789899026223

Capa mole

Lombada 7,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,322



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Processo Civil

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

- 1. PROCESSO DE DECLARAÇÃO
- 1.1. Procedimentos Cautelares
- Petições Iniciais
- Contestações
- Varia
- 1.2. Incidentes da Instância
- 1.3. Processo Comum
- Petições Iniciais
- Contestações
- Réplicas
- 1.4. Requerimentos Probatórios
- 2. RECURSOS
- 3. PROCESSO DE EXECUÇÃO
- 4. PROCESSOS ESPECIAIS
- Petições Iniciais
- Contestações



2021, setembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €31 | S/IVA €29,25

300 Páginas

9789899026230

Capa mole

Lombada 15 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,544



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Destituição de Membros de Órgãos de Administração de Sociedades Comerciais

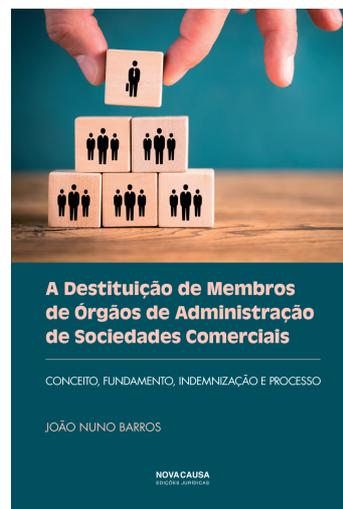
*Conceito, Fundamento, Indemnização e Processo*

**JOÃO NUNO BARROS**

(...)

Ao longo da investigação em mérito, a questão relacionada com a cessação do vínculo de administração, por destituição, de membros dos órgãos societários, é tratado de forma transversal e agregada, iniciando-se com uma breve introdução ao instituto, e estruturando-se, de seguida, numa estrutura quatripartida: (i) em primeiro lugar analisam-se as formas de efetivação da destituição de membros de órgãos de administração societários; (ii) em segundo lugar, é abordado e densificado o conceito de justa causa, juntamente com o estudo daqueles que são os deveres que impendem sobre os gerentes e administradores de sociedades comerciais; (iii) a terceira parte do estudo versa sobre questões relacionadas com a indemnização que é devida ao gerente, ou administrador, que foi destituído sem justa causa; (iv) por último, parte-se para o debate das principais questões processuais relacionadas com a matéria da destituição de membros de órgãos de administração societários.

(...)



2021, julho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €23,11 | S/IVA €21,8

168 Páginas

9789899026186

Capa mole

Lombada 8,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,346



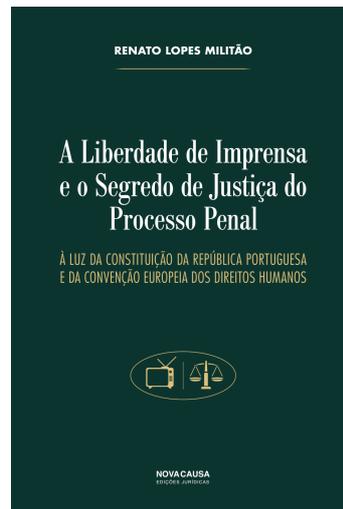
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Liberdade de Imprensa e o Segredo de Justiça do Processo Penal

## *À luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos*

**RENATO LOPES MILITÃO**

Em democracia, a incidência dos media sobre crimes e processos criminais, logo desde o seu início, tende a ser e deve ser profusa. Nesse modelo, esta realidade não só é incontornável, como será cada vez mais intensa. Tendo presente este axioma, o autor decidiu visitar a Constituição da República Portuguesa e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, tal como a interpreta o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, procurando surpreender nestes diplomas as principais orientações que devem nortear o legislador, na sua tarefa de construção de soluções normativas tendentes à harmonização entre o segredo de justiça do processo penal e a liberdade de imprensa, e o julgador, quer na interpretação e aplicação dessas soluções, quer na resolução dos conflitos entre os referidos bens.



2021, julho | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Processual

---

C/IVA €60,12 | S/IVA €56,72

---

720 Páginas

---

9789899026193

---

Capa mole

---

Lombada 36 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs 1,174

---



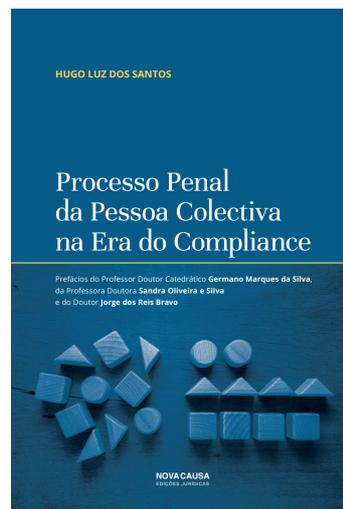
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Processo Penal da Pessoa Colectiva na Era do Compliance

HUGO LUZ DOS SANTOS

Ao contrário do que acontece em Espanha, Itália, Chile, França e Alemanha, Portugal ainda não dispõe de normas de natureza processual no âmbito da responsabilidade penal das colectivas.

Apesar dos clamores instantes da doutrina nacional, o legislador pátrio tem-se quedado por um silêncio bizantino e por uma inércia ataraxica. A monografia que o estimado leitor tem perante si move-se pelo escopo primacial de derruir os alicerces em que assentam ambos. A esta luz, o objectivo precípua desta monografia é o de lançar bases dogmáticas e, do mesmo passo, mapear os pilares identitários em que deverá repousar o processo penal da pessoa colectiva na Era do compliance



2021, julho | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Processual

---

C/IVA €23,11 | S/IVA €21,8

---

168 Páginas

---

9789899026209

---

Capa mole

---

Lombada 8,4 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,346

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Violência Doméstica

## Série Formulários

MARTA DA SILVA COSTA

Ao longo da última década foram já vários os processos de Violência Doméstica em que intervim enquanto Advogada.

Curiosamente, em todos eles, sempre defendi o Agressor, nunca a Vítima.

Cada processo conta uma história, histórias de vida mais ou menos complicadas, vidas que podiam ter sido felizes, vidas que podiam ter tido outro destino, vidas que podiam ter sido poupadas.

Uns de complexidade maior que outros, cada processo é único e, em cada um deles é necessário voltar ao estudo de leis, à leitura de Acórdãos, à procura por soluções – nem sempre possíveis.

Pese embora os Códigos Penal e de Processo Penal sejam a “ferramenta base”, não são suficientes e, no que à Violência Doméstica diz respeito, há uma série de normas avulsas – Convenções, Despachos, Decretos, Diretivas, Leis... Pelo que, este livro resulta da necessidade de ver reunida a diversa legislação existente no nosso ordenamento jurídico sobre esta temática.

Por certo terá ficado aquém do que podia ter reunido e, certamente, amanhã e nos dias que se seguirão, novas normas hão-se surgir, no entanto, da pesquisa feita e salvo melhor opinião, julgo ter conseguido reunir os principais diplomas legais sobre Violência Doméstica.

A Jurisprudência aqui trazida resulta da pesquisa sobre o que de mais recente tem sido decidido pelos nossos Tribunais Superiores.

Que este possa ser um contributo útil para os que, diariamente, lidam com questões sobre Violência Doméstica.



2021, julho | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Penal

C/IVA €22,03 | S/IVA €20,78

192 Páginas

9789899026179

Capa mole

Lombada 9,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,382



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

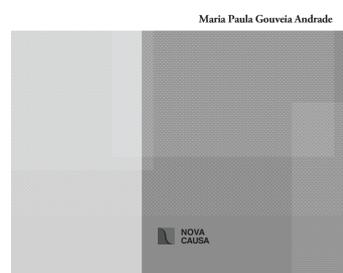
**novacausa@novacausa.net**

# Arrendamento

## Série Formulários

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

Acordo de revogação de contrato de arrendamento  
Arrendamento acessível (residência permanente)  
Arrendamento acessível (residência permanente, com fiador)  
Arrendamento para habitação  
Arrendamento para habitação (mobilado)  
Arrendamento para habitação (com fiança)  
Arrendamento de quarto para habitação  
Arrendamento habitacional para férias  
Arrendamento para fins não habitacionais  
Arrendamento para fins não habitacionais (contrato de outdoor)  
Arrendamento comercial (simples)  
Arrendamento comercial (com fiança)  
Arrendamento comercial (com preferência e fiança)  
Arrendamento rural a agricultor autónomo  
Arrendamento de campanha  
Arrendamento rural empresarial  
Carta do inquilino (moratória rendas)  
Carta do inquilino (obras)  
Carta do senhorio (actualização anual de renda)  
Carta do senhorio (actualização extraordinária de renda)  
Carta do senhorio (exercício do direito de preferência)  
Carta do Senhorio (resolução do contrato de arrendamento)  
Despejo  
Diferimento para desocupação de imóvel (execução)  
Diferimento de rendas de contrato de arrendamento não habitacional  
Hospedagem  
Locação de estabelecimento  
Oposição do senhorio a renovação do contrato  
Promessa de trespasse  
Queixa-crime (dano de inquilino)  
Restituição provisória de posse  
Subarrendamento  
Trespasse



2021, julho | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €19,37 | S/IVA €18,27

152 Páginas

9789899026162

Capa mole

Lombada 7,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,322



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direito Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo - Volume III

*Entre a Dogmática e a prática*

**HUGO LUZ DOS SANTOS**



I. Esta monografia tem como objectivo principal conferir um olhar misto (entre a dogmática e prática) sobre o Direito Civil e Processo Civil Contemporâneo. Analisa-se o Direito Civil e o Processo Civil Contemporâneo sob (e de) um prisma essencialmente teórico-prático. A jurisprudência dos Tribunais Superiores Portugueses que se foi sedimentando ao longo dos anos em tema de Direito Civil e de Processo Civil (aqui analisada sob um ponto de vista crítico) desempenhará um papel fundamental. Muitos dos estudos introduzidos nesta obra mereceram acolhimento doutrinal e, principalmente, jurisprudencial. Até acolhimento legislativo. Surgindo a nova redacção conferida ao art.º 696.º, alínea h) do Código de Processo Civil (na redacção introduzida pela Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro) como um exemplo paradigmático.

II. O Direito Civil em Geral, bem como temas específicos inseridos nesses ramos do Direito, serão analisados de um ponto de vista doutrinal e jurisprudencial. A obra será dividida de forma temática. Animada do (e pelo) escopo primacial de facilitar de manuseamento pelo estimado leitor.

III. Esta obra encerra a trilogia Direito e Processo Penal Contemporâneo (2019); Direito do Jogo Contemporâneo (2020) e Direito Civil e Processo Civil Contemporâneo (2020).

2021, abril | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €30 | S/IVA €28,3

280 Páginas

9789899026100

Capa mole

Lombada 14 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,514

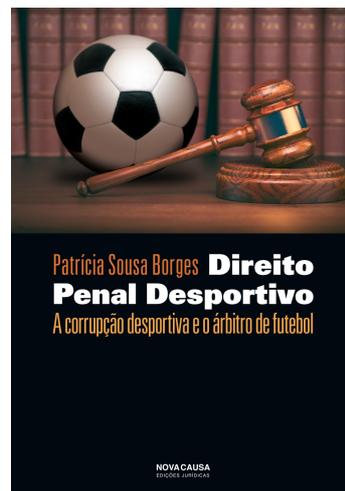


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direito Penal Desportivo

## *A corrupção desportiva e o árbitro de futebol*

**PATRÍCIA SOUSA BORGES**



Debruçamo-nos sobre o estudo da génese do Direito do Desporto – a sua razão de ser, âmbito e autonomia – a sua ligação sui generis ao Direito Penal, particularizando o estatuto do árbitro desportivo, subjugado às próprias especificidades que encontramos no Direito do Desporto, com particular incidência na ação destes agentes desportivos, em todos os ilícitos que sejam, em última linha, suscetíveis de ferir a verdade e a lealdade dos resultados desportivos. Este estudo incidirá essencialmente sobre a Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e terá sempre como analogia o modo como o regime disciplinar concretiza estas matérias. Porém, sendo a nossa grande indagação a eficácia do regime jurídico desportivo atual não olvidamos a necessária e obrigatória análise jurisprudencial.

O Direito do Desporto é um ordenamento jurídico especial, assente na imensa massa legislativa que o compõe, seja de origem nacional ou internacional, bem como, na necessidade de criação de órgãos federativos especializados para dirimir litígios emergentes destas relações jurídicas, ou ainda, da sua concretização dogmática, na qual é possível identificar-se os princípios norteadores de todo este ordenamento.

2021, abril | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Civil

---

C/IVA €25 | S/IVA €23,58

---

240 Páginas

---

9789899026131

---

Capa mole

---

Lombada 12 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,454

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# O Contrato de Trabalho na Prática Jurídica - 3.<sup>a</sup> Edição

MARLENE MENDES

O Contrato de Trabalho na Prática Jurídica é centrado no estudo do contrato individual de trabalho, no âmbito de uma relação de trabalho subordinado. Apresenta uma perspetiva pragmática e com um foco jurisprudencial e estabelece um “cruzamento” legislativo entre o previsto no Código do Trabalho e o previsto em diplomas que direta ou indiretamente refletem o seu âmbito de aplicação no contrato individual de trabalho, quer esse reflexo se verifique no momento da celebração do contrato, durante a sua vigência ou aquando da sua cessação.



2021, abril | 3.<sup>a</sup> Edição

---

Manual

---

Direito Laboral

---

C/IVA €31 | S/IVA €29,25

---

384 Páginas

---

9789899026148

---

Capa mole

---

Lombada 19,2 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,67

---

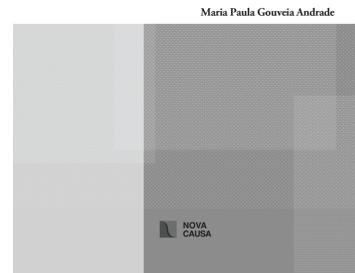
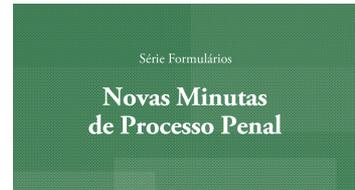


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Novas Minutas de Processo Penal

*Série Formulários*

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE



Abertura de instrução  
Aceleração Processual (arguido)  
Aceleração Processual (assistente)  
Arresto Preventivo  
Autorização para julgamento na ausência do arguido  
Contestação (Arguido)  
Declaração de não consentimento (teste covid)  
Defesa por não acatamento do dever de recolhimento domiciliário  
Defesa (violação de encerramento de estabelecimento de restauração)  
Declarações de Assistente em Julgamento  
Desistência de pedido de indemnização cível  
Desistência de queixa-crime  
Habeas Corpus (tráfico de droga)  
Incidente de recusa de juiz  
Intimação para a prestação de informações  
Memória futura (violência doméstica)  
Pedido de cópias (defesa oficiosa)  
Pedido de realização de perícia médico-legal  
Procuração  
Queixa-crime (burla informática)  
Queixa-crime (difamação pela internet)  
Queixa-crime (imposição de testagem a menor)  
Queixa-crime (violência policial)  
Reclamação de indeferimento de aceleração processual  
Recurso medida de coacção (prisão preventiva)  
Separação processual  
Substituição de prisão preventiva (coronavírus)  
Suspensão Provisória de Processo (álcool)  
Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos  
Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

2021, abril | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €24,01 | S/IVA €22,65

168 Páginas

9789899026124

Capa mole

Lombada 8,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,346



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Coletânea de Direito do Consumo – Volume 2

*Com Comentários e Jurisprudência*

**MARCELINO ABREU**

Com a publicação desta colectânea de legislação, com referências jurisprudenciais, relativa ao Direito do Consumo, pretendo criar um instrumento que permita aos profissionais do direito e aos consumidores disporem de um recurso que reúna, não só, diplomas legais, mas, também, informação relativa àquilo que é o entendimento, as decisões dos tribunais superiores relativamente a algumas das matérias.

Alguns diplomas não são publicados na íntegra. A razão de tal opção prende-se com o facto de não considerar a parte suprimida como tendo uma estrita relevância para as relações jurídicas de consumo.

Se com esta publicação conseguir contribuir para uma melhor informação dos consumidores e facultar aos profissionais do direito um instrumento válido de trabalho, alcançarei o meu objectivo.

Porque são inúmeros os diplomas legais relativos às relações jurídicas de consumo, reunir todos aqueles que pretendo publicar e nos termos em que o quero fazer (com referências jurisprudenciais) num só volume, faria com que este atingisse grandes dimensões e, por isso, não fosse tão fácil de manusear. Optei, assim, por fazer uma publicação em diversos volumes e, quanto possível, por temas.

Este é o segundo volume.



2021, abril | 1.ª Edição

---

Legislação

---

Direito Civil

---

C/IVA €33,50 | S/IVA €31,6

---

480 Páginas

---

9789899026117

---

Capa mole

---

Lombada 24 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,814

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Responsabilidade Médica

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

### I. HOSPITAIS PÚBLICOS

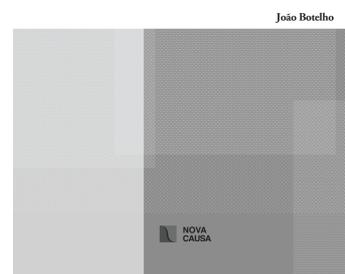
Petições iniciais  
Contestações  
Contestação de Hospital do Serviço Nacional de Saúde

### II. HOSPITAIS PRIVADOS

Petições iniciais  
Contestações

### III. VARIA

Requerimento a pedir documentação clínica  
Produção antecipada de prova



2021, abril | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €24 | S/IVA €22,64

208 Páginas

9789899026155

Capa mole

Lombada 10,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,406

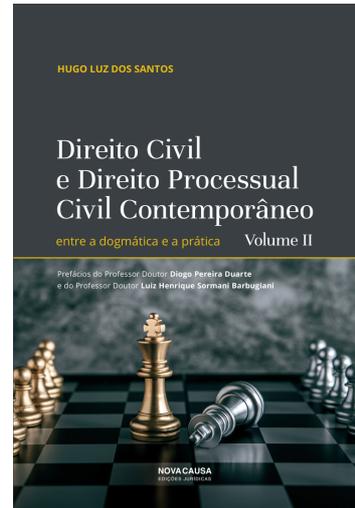


**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# Direito Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo - Volume II

*Entre a Dogmática e a Prática*

**HUGO LUZ DOS SANTOS**



I. Esta monografia tem como objectivo principal conferir um olhar misto (entre a dogmática e prática) sobre o Direito Civil e Processo Civil Contemporâneo. Analisa-se o Direito Civil e o Processo Civil Contemporâneo sob (e de) um prisma essencialmente teórico-prático. A jurisprudência dos Tribunais Superiores Portugueses que se foi sedimentando ao longo dos anos em tema de Direito Civil e de Processo Civil (aqui analisada sob um ponto de vista crítico) desempenhará um papel fundamental. Muitos dos estudos introduzidos nesta obra mereceram acolhimento doutrinal e, principalmente, jurisprudencial. Até acolhimento legislativo. Surgindo a nova redacção conferida ao art.º 696.º, alínea h) do Código de Processo Civil (na redacção introduzida pela Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro) como um exemplo paradigmático.

II. O Direito Civil em Geral, bem como temas específicos inseridos nesses ramos do Direito, serão analisados de um ponto de vista doutrinal e jurisprudencial. A obra será dividida de forma temática. Animada do (e pelo) escopo primacial de facilitar de manuseamento pelo estimado leitor.

III. Esta obra encerra a trilogia Direito e Processo Penal Contemporâneo (2019); Direito do Jogo Contemporâneo (2020) e Direito Civil e Processo Civil Contemporâneo (2020).

2021, março | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €33 | S/IVA €31,13

288 Páginas

9789899026070

Capa mole

Lombada 14,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,526



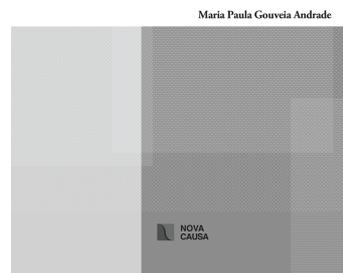
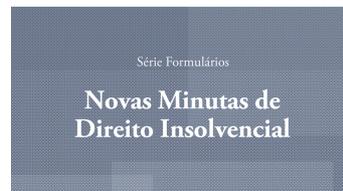
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Novas Minutas de Direito Insolvencial

*Série Formulários*

**MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE**

Acção contra a massa insolvente  
Acção de impugnação de resolução em benefício da massa insolvente (#1)  
Acção de impugnação de resolução em benefício da massa insolvente (#2)  
Acção de verificação ulterior de créditos (#1)  
Acção de verificação ulterior de créditos (#2)  
Acta de pessoa colectiva a deliberar a interposição de processo de insolvência  
Adesão a PER  
Apresentação a insolvência  
Cessação antecipada da exoneração do passivo restante  
Declaração de representação voluntária  
Desistência de Insolvência  
Impugnação de lista de créditos  
Incidente de qualificação de insolvência  
Instrumento de ratificação  
Insolvência limitada  
Não oposição a encerramento antecipado de estabelecimento comercial  
Notificação Judicial Avulsa para assinatura de acta  
Oposição de embargos a sentença  
Procedimento cautelar contra a massa insolvente  
Procuração (#1)  
Procuração (#2)  
Procuração (#3)  
Procuração (#4)  
Reclamação de créditos (PER)  
Reclamação de créditos (provisória)  
Reclamação de créditos (insolvência / trabalhador)  
Recurso de sentença de qualificação de insolvência  
Relatório de AI



2021, março | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Comercial

C/IVA €16 | S/IVA €15,09

128 Páginas

9789899026094

Capa mole

Lombada 6,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,286



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Coletânea de Direito do Consumo – Volume 1

*Com Comentários e Jurisprudência*

**MARCELINO ABREU**

Com a publicação desta colectânea de legislação, com referências jurisprudenciais, relativa ao Direito do Consumo, pretendo criar um instrumento que permita aos profissionais do direito e aos consumidores disporem de um recurso que reúna, não só, diplomas legais, mas, também, informação relativa àquilo que é o entendimento, as decisões dos tribunais superiores relativamente a algumas das matérias.

Alguns diplomas não são publicados na íntegra. A razão de tal opção prende-se com o facto de não considerar a parte suprimida como tendo uma estrita relevância para as relações jurídicas de consumo.

Se com esta publicação conseguir contribuir para uma melhor informação dos consumidores e facultar aos profissionais do direito um instrumento válido de trabalho, alcançarei o meu objectivo.

Porque são inúmeros os diplomas legais relativos às relações jurídicas de consumo, reunir todos aqueles que pretendo publicar e nos termos em que o quero fazer (com referências jurisprudenciais) num só volume, faria com que este atingisse grandes dimensões e, por isso, não fosse tão fácil de manusear. Optei, assim, por fazer uma publicação em diversos volumes e, quanto possível, por temas.

Este é o primeiro volume.



2021, março | 1.ª Edição

---

Legislação

---

Direito Civil

---

C/IVA €33,50 | S/IVA €31,6

---

480 Páginas

---

9789899026087

---

Capa mole

---

Lombada 24 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,814

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direito Sucessório e Temas Conexos

*Série Formulários*

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

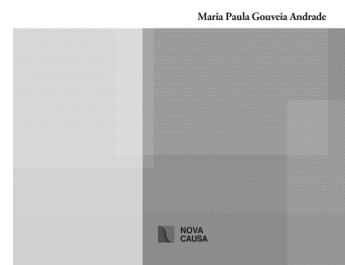
O presente trabalho inclui minutas de diversos casos em que a Autora teve intervenção, como mandatária, ou como colaboradora de mandatários, ou até como parte (inventários por óbito do seu Avô Paterno e do seu Pai), constituindo por isso exemplo de peças processuais de casos reais, alguns conhecidos do grande público, a maioria não.

Cabendo-lhe a responsabilidade da escolha, enquanto Autora, foram escolhidos aqueles que pareceram menos frequentes na praxis forense, não deixando por isso de assumir relevância prática.

O livro está organizado por critério de ordem alfabética e não por temas, lógica que a Autora entende ser a de consulta mais fácil e intuitiva num trabalho desta natureza.

A publicação deste livro não constitui um acto de consultoria jurídica. Este livro é meramente informativo e não tem um conteúdo publicitário. Quem consultar este livro ou qualquer dos seus textos deve estar ciente de que podem ter ocorrido alterações legislativas ou outros eventos que o desactualizem, pelo que deve consultar sempre um advogado ou solicitador para se certificar da actualidade e pertinência dos textos publicados.

Por este motivo, a Autora exclui a sua responsabilidade por quaisquer danos que possam ocorrer relacionados com a informação contida nesta obra e com a utilização de qualquer das minutas ora publicadas sem recurso prévio a um Advogado ou Solicitador por quem o não seja.



2020, dezembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €15 | S/IVA €14,15

128 Páginas

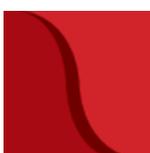
9789899026063

Capa mole

Lombada 6,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,286



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Processo Penal – Volume 2

*Série Formulários*

**FREDERICO TAVARES**

Volvido algum tempo após a escrita do Volume I dos formulários em Processo Penal, impunha-se dar continuação a este trabalho e apresentar o Volume II, com vista a complementar tal tarefa.

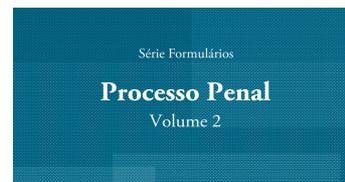
Pese embora esta obra seja a continuação da anteriormente escrita, optou o autor por uma organização diferente da mesma, incluindo-se outros formulários que, não tendo feito parte do Volume I, sempre podem surgir na lide processual e que mantêm a sua actualidade e interesse.

Assim, este volume encontra-se dividido em duas partes, seguindo a primeira parte a mesma “organização” do Código de Processo Penal, ocorrendo apenas uma subdivisão relativa a crimes informáticos, formulários que podem ser realizados por escrito e outros requerimentos que são ditados oralmente para a acta.

Já na segunda parte, entendeu-se que seria altura de abordar formulários destinados não ao processo penal em si, mas antes aos Ilustres Causídicos que, no âmbito da sua prática forense, encontram situações específicas que lhes dizem respeito, em particular, aqueles que se encontram inscritos no âmbito do “Acesso ao Direito”.

Acrescenta-se que todos os arestos referenciados na presente obra podem ser encontrados na base de dados jurídico-documental do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (<http://www.dgsi.pt>).

Deste modo, a presente obra deve ser entendida como um manual de consulta, onde são disponibilizados vários formulários, além das habituais referências jurisprudenciais que nos pareceram úteis e que poderão ajudar o leitor na interpretação da situação abordada.



2020, dezembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €22 | S/IVA €20,75

184 Páginas

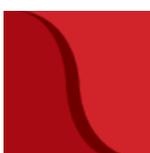
9789899026056

Capa mole

Lombada 9,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,37



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

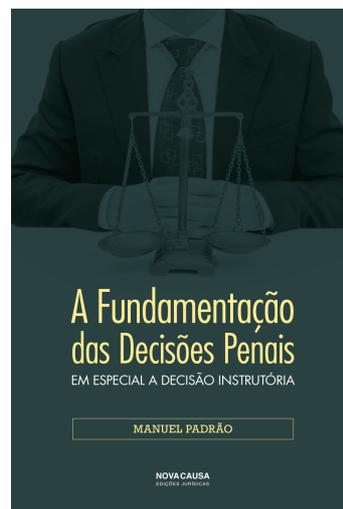
# A Fundamentação das Decisões Penais

*Em Especial a Decisão Instrutória*

**MANUEL PADRÃO**

A ideia que esteve presente neste trabalho foi tentar abordar a problemática da fundamentação das decisões penais, focando-nos na decisão instrutória. A fase instrutória do nosso actual processo penal nascido do CPP de 1987 apresenta-se como inovação face ao regime jurídico que este revogou. O regime de 87, de tendência, manifestamente acusatório, introduziu uma fase processual entre a acusação e a audiência de discussão e julgamento, verdadeiramente facultativa, de controlo jurisdicional da decisão de acusar ou de arquivar tomada no termo do inquérito. Esta solução processual mantém-se, pese as alterações introduzidas na reforma de 2007.

Iremos focar numa fase primeira a obrigatoriedade de serem fundamentadas as decisões, numa perspectiva ampla e na medida em que isso ajuda a concretizar o princípio do Estado de Direito Democrático, inserido sempre no princípio da separação dos poderes. O princípio da fundamentação das sentenças, como elemento constitucional. Colocaremos o problema das invalidades, e essencialmente quais e como estarão presentes quando a decisão penal não esteja fundamentada, e seus limites. Tentaremos em especial analisar a alteração de paradigma na regra da fundamentação das decisões com a entrada em vigor do DL 320C/2000, que veio simplificar, numa óptica de celeridade e economia processual, a exigência quanto à regra da fundamentação da decisão instrutória e quanto às decisões dos acórdãos superiores, sempre que nestes se verifica a dupla positiva, permitido a fundamentação, por remissão em ambos os casos, para os fundamentos da acusação, ou do RAI e da decisão de 1ª instância. Abordaremos as diferenças antes e após a entrada em vigor da referida alteração, tal como a diferença de exigência do dever de fundamentação de uma sentença, comparativamente com a decisão instrutória, associadas à temática das invalidades. Tentaremos escarpelizar a problemática da (ir) recorribilidade da decisão instrutória, e os limites da fundamentação por remissão, quer numa perspectiva doutrinal, quer jurisprudencial.



2020, dezembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €17 | S/IVA €16,04

136 Páginas

9789899026049

Capa mole

Lombada 6,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,298



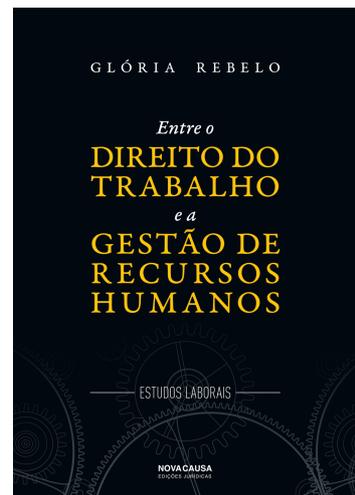
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Entre o Direito do Trabalho e a Gestão de Recursos Humanos

## *Estudos Laborais*

GLÓRIA REBELO

Esta obra intitulada “Entre o Direito do Trabalho e a Gestão de Recursos Humanos – Estudos Laborais” reúne textos diversos ligando o Direito do Trabalho à Gestão de Recursos Humanos, apresentados na sua maioria em working papers e revistas científicas ou técnicas, agora revistos e actualizados no presente livro. Estes textos apresentam um conjunto de reflexões sobre alguns dos aspectos mais significativos da evolução recente do Direito do Trabalho em Portugal, analisando as suas repercussões na Gestão das pessoas nas empresas..



2020, dezembro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Laboral

---

C/IVA €26 | S/IVA €24,53

---

216 Páginas

---

9789899026032

---

Capa mole

---

Lombada 10,8 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,418

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direito Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo - Volume I

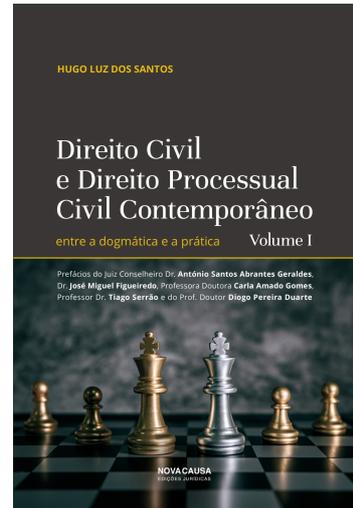
*Entre a Dogmática e a Prática*

**HUGO LUZ DOS SANTOS**

I. Esta monografia tem como objectivo principal conferir um olhar misto (entre a dogmática e prática) sobre o Direito Civil e Processo Civil Contemporâneo. Analisa-se o Direito Civil e o Processo Civil Contemporâneo sob (e de) um prisma essencialmente teórico-prático. A jurisprudência dos Tribunais Superiores Portugueses que se foi sedimentando ao longo dos anos em tema de Direito Civil e de Processo Civil (aqui analisada sob um ponto de vista crítico) desempenhará um papel fundamental. Muitos dos estudos introduzidos nesta obra mereceram acolhimento doutrinal e, principalmente, jurisprudencial. Até acolhimento legislativo. Surgindo a nova redacção conferida ao art.º 696.º, alínea h) do Código de Processo Civil (na redacção introduzida pela Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro) como um exemplo paradigmático.

II. O Direito Civil em Geral, bem como temas específicos inseridos nesses ramos do Direito, serão analisados de um ponto de vista doutrinal e jurisprudencial. A obra será dividida de forma temática. Animada do (e pelo) escopo primacial de facilitar de manuseamento pelo estimado leitor.

III. Esta obra encerra a trilogia Direito e Processo Penal Contemporâneo (2019); Direito do Jogo Contemporâneo (2020) e Direito Civil e Processo Civil Contemporâneo (2020).



2020, dezembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €35 | S/IVA €33,02

296 Páginas

9789899026025

Capa mole

Lombada 14,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,538



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Implementação do Banco de Horas Grupal na Empresa

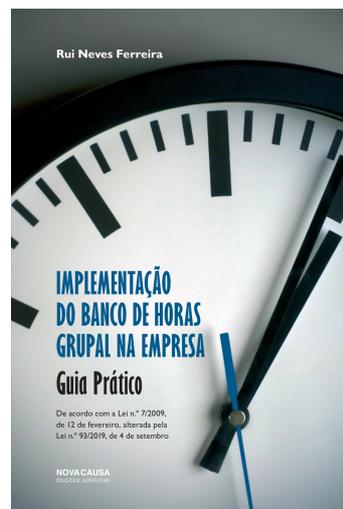
*Guia Prático*

**RUI NEVES FERREIRA**

O regime do banco de horas consiste na possibilidade de aumentar o período normal de trabalho estabelecendo limites diários, semanais ou anuais e pode ser uma ferramenta essencial na gestão contemporânea de uma empresa.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, o regime individual deixa de existir e a implementação de regimes grupais (quando não previstos em convenções coletivas) vem exigir um procedimento específico que passa pela realização de um referendo junto dos colaboradores, ficando a aprovação (ou não) do regime dependente do voto respetivo.

Com a presente obra pretende-se apresentar uma direção, um roteiro auxiliar para quem pretenda implementar um regime de banco de horas grupal ou que pretenda verificar a validade de um procedimento já implementado.



2020, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €15,36 | S/IVA €14,49

128 Páginas

9789899026001

Capa mole

Lombada 6,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,286



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Prescrição no Direito Fiscal

## *A Imprescritibilidade das Dívidas Fiscais?*

INÊS ALVES DE AZEVEDO

Procurando analisar o instituto da prescrição no direito fiscal, centralizando o estudo nas mais recentes decisões do Supremo Tribunal Administrativo que levantam importantes questões no concernente à prescrição das dívidas fiscais, uma vez que se tem vindo a verificar a possibilidade de estarmos perante a imprescritibilidade das obrigações tributárias, em virtude da aplicação de um efeito duradouro a qualquer causa de interrupção ou de suspensão do prazo de prescrição. Tal aplicação impede que o prazo de prescrição possa correr, eternizando a possibilidade de cobrança das dívidas fiscais, comprometendo a certeza e segurança das relações jurídicas e das garantias dos contribuintes. Poderão as dívidas fiscais nunca prescrever?



### **A Prescrição no Direito Fiscal**

A imprescritibilidade das dívidas fiscais?  
Inês Alves de Azevedo

NOVA CAUSA  
Livraria Jurídica

2020, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Tributário

C/IVA €10,56 | S/IVA €9,96

88 Páginas

9789895481293

Capa mole

Lombada 4,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,226



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# A Prova Digital no Processo Civil

## *Repensar o Sistema*

**DIOGO DE MATOS BRANDÃO**

Nesta obra propomo-nos a analisar a importância da inclusão da prova digital no Processo Civil, fruto da importância deste na realidade jurídica, bem como da necessidade do Direito em dar resposta aos desafios da globalização e do avanço das tecnologias da informação e comunicação. Perspetivando a atuação de outros ordenamentos jurídicos neste sentido, bem como as particularidades da prova digital, faremos ainda uma análise da importância de um regime centralizado e processual relativamente a estas provas, tomando em conta formas de articulação desse regime com outras inovações tecnológicas que permitam potenciar ao máximo a eficiência da prova digital.



2020, outubro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Processual

---

C/IVA €23,04 | S/IVA €21,74

---

192 Páginas

---

9789895481286

---

Capa mole

---

Lombada 9,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,382

---



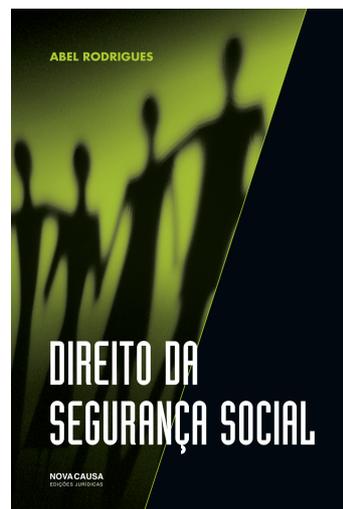
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direito da Segurança Social

ABEL RODRIGUES

Neste livro, o objeto de estudo, centra-se no âmbito do direito da segurança social. Esta área de conhecimento tem sido relativamente ignorada pelo mundo académico, embora tenha uma enorme relevância prática e teórica. O direito da segurança social acompanha o homem desde do nascimento até à morte. A segurança social garante a atribuição de prestações para compensar a família pelo nascimento de uma criança. São atribuídas prestações sociais na infância, na adolescência e na juventude. Estas prestações visam apoiar as famílias no financiamento da formação das novas gerações. Na idade ativa, o cidadão terá de efetuar descontos obrigatórios para a segurança social, visando a proteção na doença, no desemprego e o acesso a uma pensão por incapacidade ou por velhice. Quando atingir uma determinada idade estatutária, o cidadão terá direito a uma pensão de reforma.

Na literatura jurídica portuguesa são escassos, ou mesmo inexistentes, os estudos e as publicações, no âmbito da segurança social. Este livro vem preencher uma lacuna existente na literatura jurídica portuguesa.



2020, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €23,04 | S/IVA €21,74

240 Páginas

9789895481279

Capa mole

Lombada 12 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,454



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Da Dedutibilidade dos Prejuízos Fiscais no Contexto dos Rendimentos Empresariais

BRUNA ALVES REIS

O presente estudo tem como objetivo clarificar e problematizar a temática do tratamento dos prejuízos fiscais, com especial enfoque no âmbito do IRC. Porque se trata de uma matéria com diferentes contornos, quer em resultado das sucessivas alterações legislativas, quer no respeitante às diferentes delimitações do regime nos diversos ordenamentos jurídicos, o tema é atual e premente.

No ordenamento jurídico português, o regime jurídico dos prejuízos fiscais projeta-se para as sociedades que apurem, no final de determinado período de tributação, prejuízos fiscais, e é pautado, essencialmente, por um limite temporal e por um limite quantitativo.



2020, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Tributário

C/IVA €13,06 | S/IVA €12,32

136 Páginas

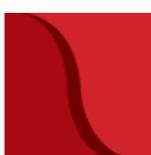
9789895481262

Capa mole

Lombada 6,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,298

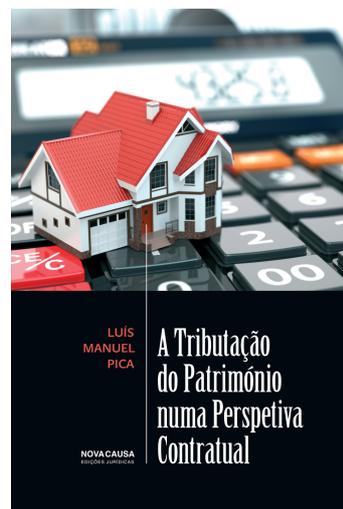


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Tributação do Património numa Perspetiva Contratual

LUÍS MANUEL PICA

A obra pretende dar a conhecer aos seus leitores uma abordagem distinta da tributação do património quando observada de um prisma contratual. A intenção é que cada contrato que comumente é utilizado no quotidiano seja estudado numa perspetiva tributário, abordando as questões práticas do regime de tributação inerente a cada um destes contratos.



2020, outubro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Tributário

---

C/IVA €21,12 | S/IVA €19,92

---

176 Páginas

---

9789895481255

---

Capa mole

---

Lombada 8,8 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,358

---



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

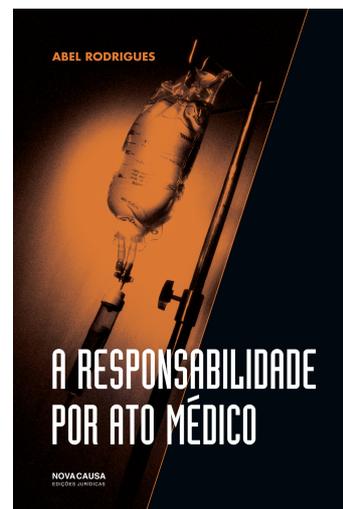
# A Responsabilidade por Ato Médico

**ABEL RODRIGUES**

Neste estudo vamos discutir os problemas referentes à responsabilidade por ato médico. A responsabilização dos profissionais de saúde, pelos atos que praticam no exercício da medicina, constitui um tema recente. Ao longo dos tempos existiu uma confiança inabalável nos médicos e nas instituições que prestavam cuidados de saúde, sendo inquestionável a sua prática. Era impensável recorrer aos tribunais quando existiam intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos que não eram bem-sucedidos.

A relação da medicina com o direito é algo de recente mas, progressivamente, tem vindo a aumentar as ações judiciais, onde é discutida a responsabilidade médica. A ciência do direito tem alargado as áreas de intervenção, no âmbito das ciências biomédicas e da prática da medicina.

(...)



2020, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €25,92 | S/IVA €24,45

216 Páginas

9789895481248

Capa mole

Lombada 10,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,418



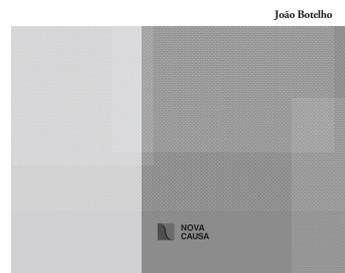
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Procedimento Cautelar Comum Laboral

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

Contra violação de normas de protecção da parentalidade  
Contra assédio sexual a trabalhadora  
Contra violação do dever de ocupação efectiva I  
Contra violação do dever de ocupação efectiva II  
Contra sanção disciplinar abusiva  
Contra sanção disciplinar abusiva II  
Contra mudança unilateral de horário I  
Contra mudança unilateral de horário II  
Contra violação das normas sobre marcação/gozo de férias  
Contra violação das normas sobre *ius variandi* I  
Contra violação das normas sobre *ius variandi* II  
Contra privação da retribuição  
Contra trabalhador que não restitui bens  
Oposição a falso assédio moral  
Oposição a falsa violação do dever de ocupação efectiva  
Oposição a falsa sanção abusiva  
Oposição em defesa da mudança legítima do horário  
Oposição em defesa do *ius variandi* I  
Oposição em defesa do *ius variandi* II  
Oposição a falsa privação da retribuição I  
Oposição a falsa privação da retribuição II  
Oposição a falsa privação da retribuição III  
Oposição a falsa privação da retribuição IV  
Pedido de extinção da instância por inutilidade superveniente da lide I  
Pedido de extinção da instância por inutilidade superveniente da lide II  
Pedido de extinção da instância por inutilidade superveniente da lide III  
Sumários da principal jurisprudência por tribunais



2020, outubro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Laboral

C/IVA €27 | S/IVA €25,47

168 Páginas

9789895481231

Capa mole

Lombada 8,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,346



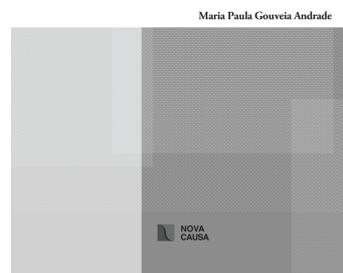
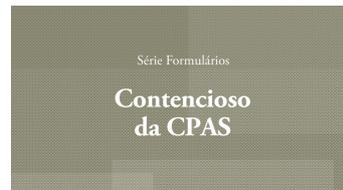
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Contencioso da CPAS

## Série Formulários

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

Introdução  
Invocação de prescrição  
Invocação de caducidade  
Reclamação de cobrança (#1)  
Reclamação de cobrança (#2)  
Reclamação de cobrança (#3)  
Intimação para prestação de informações  
Impugnação de RCPAS  
Acção contra o Estado por violação do dever de legislar  
Acção de declaração de nulidade de acto de cobrança  
Acção Administrativa (Violação do conteúdo essencial de um direito fundamental)  
Acção popular  
Oposição a execução  
Oposição a execução tributária  
Alegações de recurso  
Anexos



2020, outubro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Administrativo

C/IVA €16,25 | S/IVA €15,33

120 Páginas

9789895481224

Capa mole

Lombada 6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,274

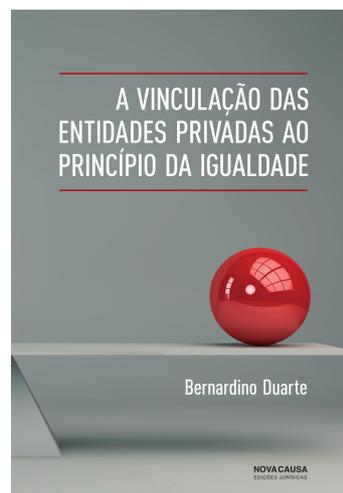


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Vinculação das Entidades Privadas ao Princípio da Igualdade

**BERNARDINO DUARTE**

Analisar as situações em que a lei prevê a vinculação das entidades privadas ao princípio da igualdade, interrogar sobre se existe uma tal vinculação, para lá dos casos em que ela é directamente imposta por uma norma jurídica (nomeadamente se é imposta pela lei constitucional na ausência de uma norma infraconstitucional) e, se a resposta for afirmativa, conhecer os pressupostos e os limites de uma tal vinculação, são os objectivos do presente trabalho



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €45 | S/IVA €42,45

600 Páginas

9789895481200

Capa mole

Lombada 30 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,994



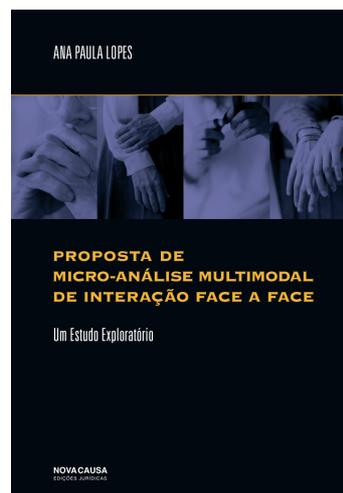
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Proposta de Micro-Análise Multimodal de Interação Face a Face

## *Um Estudo Exploratório*

**ANA PAULA LOPES**

A presente investigação analisa comparativamente, tanto numa perspetiva quantitativa como qualitativa, estudos de caso com o intuito perceber diferenças na quantidade e no tipo de gestos (e de outros movimentos cinésicos) executados por falantes nativos do português europeu e do inglês britânico. Aprofundou-se uma metodologia de micro-análise de gestos e dos restantes movimentos cinésicos, que assenta em pressupostos teóricos da área dos Estudos do Gesto, nomeadamente da autoria de Kendon (2004; 2013) e de McNeill (1992), bem como nalgumas áreas da Linguística Aplicada, como sendo a Análise do Discurso, a Análise Conversacional, a Linguística Interacional e também a Linguística Forense.



2020, junho | 1.<sup>a</sup> Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €35 | S/IVA €33,02

352 Páginas

9789898515995

Capa mole

Lombada 17,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,622



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Comunicação e os Contextos Forenses:

## *A Importância das Interações Face a Face para Fins de Investigação de Casos Judiciais*

**ANA PAULA LOPES**

A comunicação e os contextos forenses estão ligados por estreita proximidade e interrelação. Não é possível conceber a ideia de contextos forenses sem a existência de atos comunicativos. Deve entender-se como contextos forenses qualquer situação em que são levantadas questões relacionadas com a lei, englobando todas as etapas de um processo

judicial (Granhag e Strömwall, 2004: 3- 4) e incluindo os aspetos relativos à linguagem utilizada neste processo. Trata-se de questões que fazem parte do quotidiano das mais diversas instituições da justiça, da aplicação e do cumprimento da lei – os tribunais, a polícia e os estabelecimentos prisionais<sup>1</sup>. Estas são instituições que funcionam sob a alçada do Direito

mas, ainda assim, todas realidades distintas, com um funcionamento próprio. Por outras palavras e num sentido lato, entenda-se aqui contextos forenses como todas as situações de interação entre a linguagem e o sistema jurídico, judiciário e ético ([www.linguisticaforense.pt](http://www.linguisticaforense.pt)). Fazem de igual forma parte dos contextos forenses os indivíduos que neles

circulam, tais como os juízes, os magistrados do Ministério Público, os advogados, os investigadores criminais e o cidadão comum, cada um desempenhando funções diferentes, com um papel e um destaque igualmente distintos.

...



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €11 | S/IVA €10,38

96 Páginas

9789898515988

Capa mole

Lombada 4,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,238



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Admissibilidade Probatória dos Dados de Geolocalização em Sede de Procedimento Disciplinar

JOANA BARBOSA GOMES

O presente estudo procura clarificar os limites de admissibilidade dos Meios de Vigilância à Distância, em especial do Global Positioning System (GPS), como meio de prova quer em sede de procedimento disciplinar quer em sede judicial.

Para tal, numa primeira fase realizaremos uma análise dos princípios e direitos cuja presença se deteta no âmbito laboral, procedendo a uma breve análise sobre a sua evolução e eficácia.

Numa segunda fase importa analisar o impacto operado pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nos direitos ali em causa.

Neste sentido, procederemos à análise em especial a tutela do direito da personalidade e dos dados pessoais pela sua especial relação com os Meios de Vigilância à Distância, revelando-se neste ponto imprescindível um estudo do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Finalmente, dedicaremos o terceiro capítulo da presente dissertação ao seu principal objetivo, i.e. procurar identificar os limites dos Meios de Vigilância à Distância enquanto meio prova em sede de procedimento disciplinar, e, conseqüentemente em sede judicial, vocacionando a nossa análise para o caso especial do GPS e dos dados de geolocalização.

A ADMISSIBILIDADE PROBATÓRIA  
DOS DADOS DE GEOLOCALIZAÇÃO EM  
SEDE DE PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Joana Barbosa Gomes



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €23 | S/IVA €21,7

200 Páginas

9789898515971

Capa mole

Lombada 10 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,394



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Exoneração do Passivo Restante

JOÃO BOTELHO

- I - Breves segmentos doutrinários seleccionados de acórdãos
- II - Segmentos sistematizados de sumários dos acórdãos
- III - Artigos 236.º a 248.º do CIRE



2020, maio | 1.ª Edição

Série Fundações de Direito

Direito Comercial

C/IVA €26 | S/IVA €24,53

240 Páginas

9789898515964

Capa mole

Lombada 12 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,454



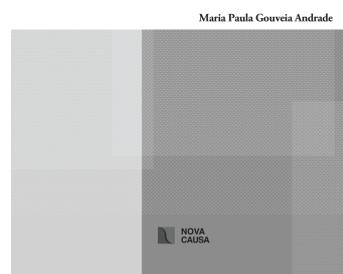
**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# Minutas de Direito Insolvencial

*Série Formulários*

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

Início de PEAP  
Início de PER  
Acta de apresentação à insolvência  
Apresentação à Insolvência (pessoa colectiva)  
Apresentação à Insolvência (pessoa colectiva) – outra  
Apresentação à Insolvência (pessoa singular)  
Apresentação à Insolvência (pessoa singular) – outra  
Apresentação à Insolvência (pessoa singular) – outra  
Apresentação à Insolvência (pessoa singular) – outra  
Pedido de declaração de insolvência  
Embargos a sentença declaratória de insolvência  
Recurso de sentença de declaração de insolvência  
Reclamação de créditos  
Resolução a favor da massa insolvente  
Complemento de insolvência  
Pedido de alimentos à massa insolvente  
Requerimento de suspensão de execuções em curso  
Requerimento para destituição do administrador de insolvência  
Acção de separação e restituição de bens  
Acção de verificação ulterior de créditos  
Incidente de Plano de Pagamentos  
Requerimento para impedir o enriquecimento sem causa da massa insolvente  
Procuração  
Procuração (outra)  
Queixa-crime por insolvência dolosa  
Queixa-crime por insolvência negligente



2020, maio | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Comercial

C/IVA €24 | S/IVA €22,64

200 Páginas

9789898515957

Capa mole

Lombada 10 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,394

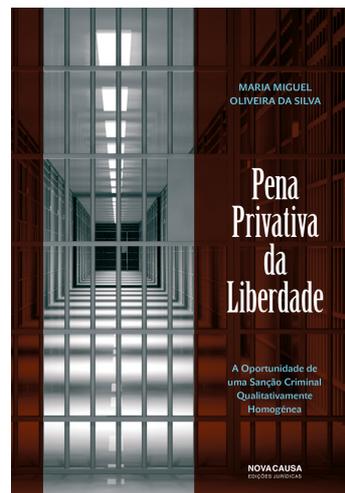


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Pena Privativa da Liberdade

## *A Oportunidade de uma Sanção Criminal Qualitativamente Homogénea*

MARIA MIGUEL OLIVEIRA SILVA



A presente obra constitui uma reflexão sobre a pena privativa da liberdade. Parte de uma apresentação histórica do instituto da prisão, prosseguindo com uma exposição e análise da teoria da pena e avança com uma investigação sobre a questão carcerária, procurando contribuir com uma solução para este problema jurídico-penal. Na esteira de alguns dos mais consagrados penalistas nacionais e internacionais, a autora visa avaliar a idoneidade da pena de prisão na resposta à criminalidade.

É, por isso, uma obra de pertinente leitura para juristas, incluindo magistrados judiciais, do Ministério Público e advogados, para estudantes, políticos, psicólogos e outros técnicos e cidadãos que tenham interesse na referida problemática.

2020, junho | 1.<sup>a</sup> Edição

Monografia

Direito Penal

C/IVA €16 | S/IVA €15,09

144 Páginas

9789898515940

Capa mole

Lombada 7,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,31

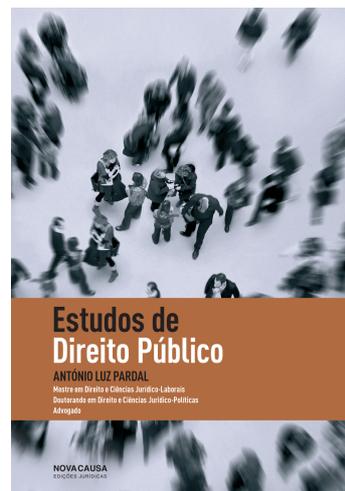


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Estudos de Direito Público

ANTÓNIO LUZ PARDAL

Num quadro sócio-económico conturbado e perturbador decorrente do actual contexto de pandemia global provocada pelo novo coronavírus, cujos reflexos, ainda imprevisíveis e incomensuráveis, já afectaram séria e profundamente famílias, empresas, instituições, provocando radicais alterações nos comportamentos sociais intersubjectivos, colocando à prova a capacidade dos Estados e correspondentes sistemas de saúde pública darem resposta no combate a um inimigo invisível e insidioso, considerado pela Organização Mundial de Saúde mais grave do que “um ataque terrorista”, cremos que a publicação da presente obra apresenta-se pertinente. Com efeito, a obra que ora se publica com o título “Estudos de Direito Público”, consiste na compilação de vários estudos desenvolvidos no âmbito da primeira fase do Curso de Doutoramento em Direito e Ciências Jurídico-Políticas, com incidência nos Direitos Fundamentais, no Direito Eleitoral e na Contratação Pública. Contudo porque a Ciência Jurídica não prescinde da sua metodologia própria, portanto, a metodologia jurídica, consta da mesma obra um estudo dedicado a esta temática. Naturalmente, assume-se, que os estudos desenvolvidos apenas traduzem perspectivas delineadas grosso modo e num enquadramento de síntese e, por isso, apenas constituem pontos de partida susceptíveis de contribuir para mais vastas e enriquecidas discussões doutrinárias em torno dos temas abordados.



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Administrativo

C/IVA €28 | S/IVA €26,42

392 Páginas

9789898515933

Capa mole

Lombada 19,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,682

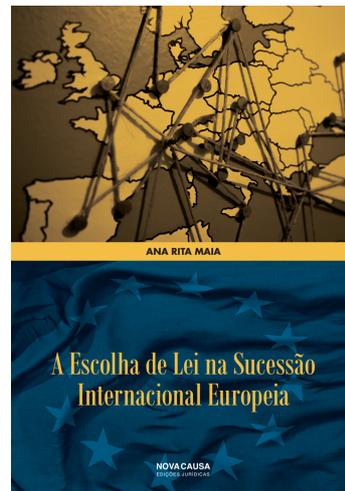


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Escolha de Lei na Sucessão Internacional Europeia

ANA RITA MAIA

Análise da aplicabilidade do princípio da autonomia da vontade na sucessão legal e nas disposições mortis causa à luz do Regulamento Europeu n.º 650/2012, de 4 de julho, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu.



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €18 | S/IVA €16,98

168 Páginas

9789898515926

Capa mole

Lombada 8,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,346

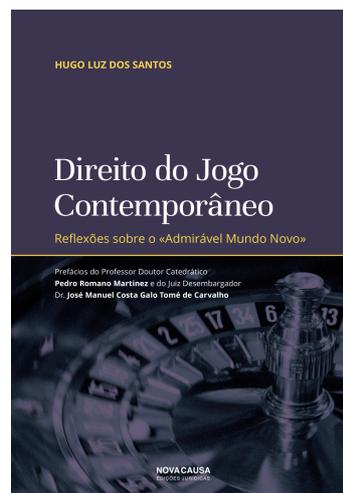


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direito do Jogo Contemporâneo

## *Reflexões sobre o "Admirável Mundo Novo"*

HUGO LUZ DOS SANTOS



O livro encontra-se dividido em duas partes.

Na 1ª parte (a Parte Geral) são tratados temas de alcance geral que perpassam todo o Direito do Jogo. A questão da Moral e do Direito (que subjaz à candente temática das obrigações naturais e das dívidas de jogo) e a questão do jogo responsável assumirão aqui um papel primordial.

Na 2ª parte (a Parte Especial) é tratado o candente tema do jogo responsável e do jogo compulsivo. Bem como o eventual dever de cuidado dos casinos em relação aos jogadores compulsivos. Temas que, tanto quanto sabemos, ainda não mereceram tratamento científico autónomo em Portugal.

2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €23 | S/IVA €21,7

200 Páginas

9789898515919

Capa mole

Lombada 10 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,394



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

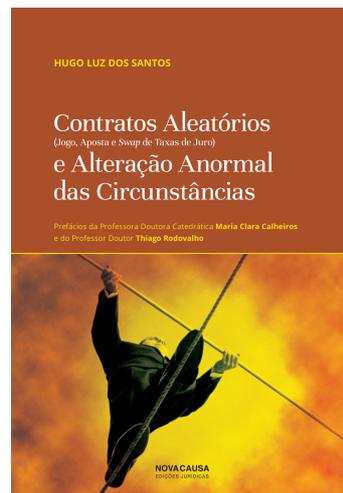
# Contratos Aleatórios (Jogo, Aposta e Swap de Taxas de Juro) e Alteração Anormal das Circunstâncias

HUGO LUZ DOS SANTOS

As crises económico-financeiras trazem sempre no seu bojo desequilíbrios ao nível das prestações de juro que impendem sobre os actores sociais que operam no mercado financeiro.

Tal como sucedeu na crise sub-prime de 2008, o instituto jurídico das perturbações das prestações e a sua sub-categoria dogmática da alteração das circunstâncias serão de capital importância.

Principalmente, no compasso temático dos contratos aleatórios, de entre os quais o contrato de swap de taxas de juro, o contrato de jogo e o contrato de aposta.



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €21 | S/IVA €19,81

184 Páginas

9789898515902

Capa mole

Lombada 9,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,37



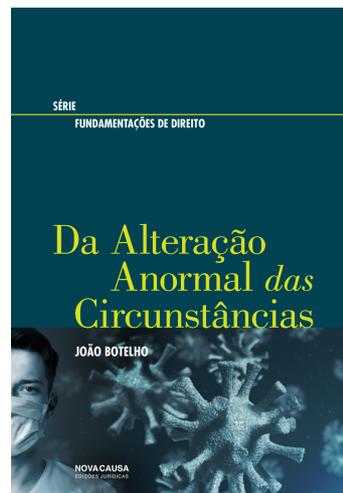
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Da Alteração Anormal das Circunstâncias

JOÃO BOTELHO

São incontáveis as relações jurídicas susceptíveis de sofrerem modificações por força da pandemia COVID- 19: pagamentos a prestações em geral, crédito à habitação, leasing, renting e ALDs, arrendamento comercial, suspensão de despejos, lojistas nos centros comerciais, pensões de alimentos, pagamentos de impostos e segurança social, contratos de empreitada, contratos promessa, contratos de distribuição em geral (agência, concessão, franchising), questões laborais diversas (suspensão dos contratos, férias, despedimentos colectivos e por extinção de postos de trabalho, ius variandi, trabalho suplementar), embargos de executado, per e insolvência, seguros, transportes, viagens e turismo, restauração, redução de cláusulas penais, contratos relacionados com o desporto, espectáculos, ensino, etc.

Esperamos que este livro de mera compilação e sistematização de jurisprudência contribua para o muito trabalho jurídico que se avizinha para os profissionais do direito nesta matéria, sobretudo, na diligente missão de procurar paciente inteligente e persistentemente, com uma criatividade justa, antes da litigância judicial, equitativos acordos de “boa paz”, para usar uma feliz expressão de Inocêncio Galvão Telles.



2020, março | 1.ª Edição

Série Fundações de Direito

Direito Civil

C/IVA €28,12 | S/IVA €26,53

232 Páginas

9789898515896

Capa mole

Lombada 11,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,442



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Mediação Penal e o Arquivamento com Dispensa de Pena

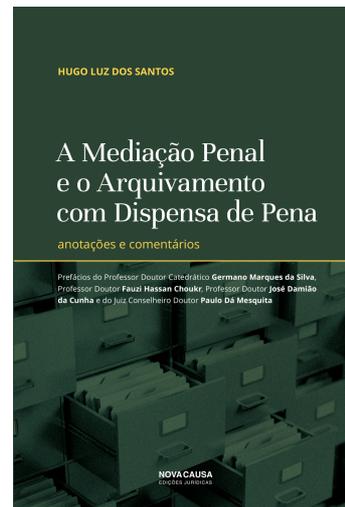
## *Anotações e Comentários*

**HUGO LUZ DOS SANTOS**

**I.** A presente monografia tem como objectivo principal lançar um olhar essencialmente prático para (e sobre) a mediação penal e para o arquivamento com dispensa de pena no ordenamento jurídico-penal português. Trata-se de institutos jurídicos (quase) esquecidos e que têm merecido muito pouca atenção por parte dos operadores judiciais. E do próprio legislador. A presente monografia pretende contribuir para alterar esse «estado de coisas». Conferindo uma visão virada para a prática e para a *law in action*. Que é onde o Direito se realiza em todo o seu esplendor *praxístico*.

**II.** A monografia será dividida em duas partes. A I parte tratará, de forma breve e cingida ao essencial, o tema nobre dos direitos fundamentais sociais dos arguidos e a sua permanente tensão dialéctica com outras finalidades conflituantes do processo penal. A II parte tratará, de uma forma simples e cingida a aspectos práticos, da mediação penal e do arquivamento com dispensa de pena.

**III.** Trata-se, em suma, de uma pequena monografia que se espera que possa contribuir em (alguma) medida para o advento e desenvolvimento da mediação penal e do arquivamento com dispensa de pena no ordenamento jurídico português.



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €15 | S/IVA €14,15

136 Páginas

9789898515872

Capa mole

Lombada 6,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,298



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Mediação Imobiliária

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

A par do Turismo, o Imobiliário e a Mediação Imobiliária vêm-se impondo, cada vez mais, como áreas económicas de enormíssima relevância, seja a nível interno como a nível internacional: dos estrangeiros que pretendem fixar residência em Portugal através dos chamados vistos gold, aos que querem uma casa de férias, aos grandes promotores que apostam em empreendimentos residenciais, hoteleiros e de escritórios, aos nacionais que apostam em construção nova ou na remodelação da antiga, agora também nas residenciais para estudantes e no chamado co-living, aos particulares que precisam comprar ou arrendar àqueles que estão a iniciar-se no investimento imobiliário, os números não mentem: quebram-se recordes de transacções, de preços, de valores por metro quadrado...

O presente trabalho não é um manual jurídico do Imobiliário ou da Mediação Imobiliária, tão pouco é um guia de técnicas de angariação: sendo a linguagem da Mediação Imobiliária tributária do Direito, do Fisco, da Arquitectura, do Urbanismo, do Marketing, reúnem-se aqui alguns dos principais termos utilizados e respectivo conteúdo conceptual: não estão todos os termos possíveis na área da Mediação Imobiliária, nem todos os possíveis significados, e os que estão poderão nem sequer ser os melhores: cabendo à Autora a responsabilidade da escolha, foram escolhidos aqueles que pareceram mais frequentes ou com maior relevância prática.

O mesmo relativamente às minutas propostas.



2020, fevereiro | 1.ª Edição

Um Guia Breve

Direito Civil

C/IVA €23,62 | S/IVA €22,28

178 Páginas

9789898515889

Capa mole

Lombada 8,9 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,361



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Os Meios de Obtenção de Prova Digital na Investigação Criminal

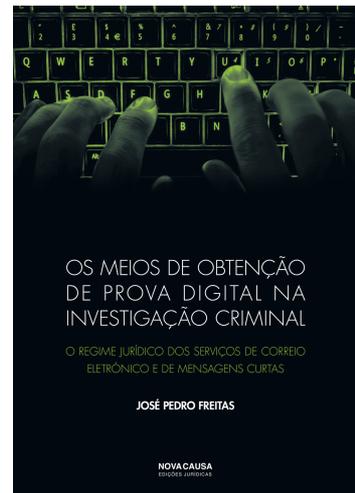
## *O Regime Jurídico dos Serviços de Correio Eletrónico e de Mensagens Curtas*

**JOSÉ PEDRO FREITAS**

O presente estudo resume-se à análise dos problemas decorrentes da nova realidade digital, nomeadamente, a cibercriminalidade, que, por sua vez, vem reclamar uma particular interpretação, adaptação e adequação por parte do Direito, ao nível do enquadramento e tratamento jurídico-processual penal. Este trabalho tem como principal propósito o esclarecimento acerca das dificuldades sentidas com a prova digital, o caso concreto das comunicações eletrónicas e da sua obtenção que, pela sua natureza volátil, em nada facilita o expediente dos órgãos de polícia criminal.

(...)

Assim, num primeiro capítulo deste estudo, pretendemos enquadrar juridicamente o passado e presente dos meios de obtenção de prova no regime processual penal português, distinguindo-se da prova e dos meios de prova. Posteriormente, abordaremos a realidade do cibercrime e toda a sua consagração legislativa, desde o Código Penal, à Lei do Cibercrime, não deixando de lado a Lei da Criminalidade Informática, nem a Convenção sobre a Cibercriminalidade. De seguida, numa perspetiva informática, avaliaremos principalmente a arquitetura dos serviços de e-mail e SMS. Finalmente, dedicar-nos-emos ao principal objetivo da presente dissertação, ou seja, à apreensão e interceção dos serviços de correio eletrónico e de mensagens curtas, não esquecendo a sua envolvente e complexa teia legislativa.



2020, junho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €19 | S/IVA €17,92

176 Páginas

9789898515865

Capa mole

Lombada 8,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,358



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# O Contrato de Serviço Doméstico

## *Do Período Experimental ao Tempo de Trabalho*

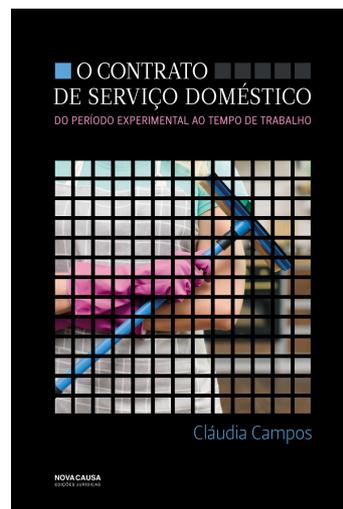
CLÁUDIA CAMPOS

O trabalho doméstico é uma categoria laboral historicamente discriminada no plano jurídico. Em Portugal, assume a natureza de um contrato especial de trabalho regulado pelo DL n.º 235/92, de 24 de outubro, diploma que dificilmente se compreenderia e aceitaria em outros domínios, atendendo a que nunca a tutela desta categoria de trabalhadores, parte importante do trabalho assalariado no mundo, foi – pelo menos – equivalente à dos restantes trabalhadores.

A reflexão jurídica nesta temática é fundamental, principalmente num tempo de claro consenso acerca da desproteção jurídica e social a que estes trabalhadores estão sujeitos. Foi, aliás, nesse sentido, que a OIT lançou, em 2010, a discussão sobre o trabalho doméstico, que culminou com a adoção da Convenção n.º 189, a qual representa um contributo substancial para a presença destes sujeitos no debate público.

Perante a impossibilidade de criar um contributo acerca de todo o diploma, procedemos à delimitação das matérias a abordar. Optamos pela discussão de “um dos temas mais debatidos no moderno direito laboral”, o tempo de trabalho, por ser não só fundamental no ramo do Direito do Trabalho, mas também controverso, com a complexidade que lhe é conhecida.

(...)



2020, fevereiro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €14,28 | S/IVA €13,47

88 Páginas

9789898515858

Capa mole

Lombada 4,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,226



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Invocação e Ilisão de Presunções Legais em Processo Civil

*Análise às Particularidades do seu Regime Probatório*

**MARCO REIS SANTOS**

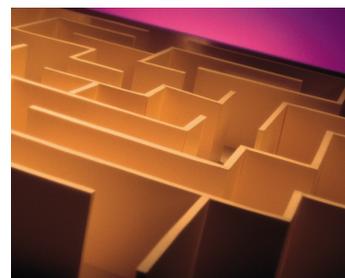
Não é fácil escrever sobre o processo civil. Matéria misteriosa, quase hermética para muitos, exige rigor conceptual e coerência de respostas.

Essas são características do presente estudo, a par do esforço colocado em responder a várias perguntas, não fugindo a elas. Além disso, o autor procurou dialogar com a doutrina e com a jurisprudência o que se louva.

Melhor ainda, não é um trabalho descritivo do que os outros pensam, mas, antes, arrisca, sozinho, um pensamento original.

Supomos que, doravante, o estudo e aplicação do regime das presunções legais terá de passar sempre pela leitura do estudo que agora se publica.

RUI PINTO



*Invocação e Ilisão  
de Presunções Legais  
em Processo Civil*

ANÁLISE ÀS PARTICULARIDADES DO SEU REGIME PROBATÓRIO

MARCO REIS SANTOS

NOVACAUSA  
EDITORA JURÍDICA

2020, fevereiro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Processual

---

C/IVA €24,54 | S/IVA €23,15

---

208 Páginas

---

9789898515841

---

Capa mole

---

Lombada 10,4 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,406

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Contraordenações e Coimas

## *Anotações ao Regime Geral*

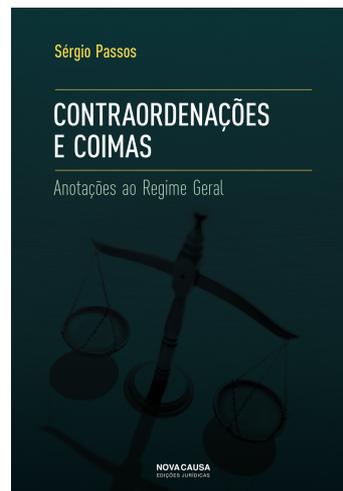
SÉRGIO PASSOS

A tramitação do processo contraordenacional exige aos juristas um conhecimento fundamentado, de ordem técnica e legal, devidamente alicerçado e estruturado no diploma base do regime geral das contraordenações e coimas, o Decreto-lei n.º 433/82, de 27/10.

No processo contraordenacional, de acordo com o comando constitucional do artigo 32.º, n.º 10, da Constituição da República Portuguesa, “são assegurados ao arguido os direitos de audiência e defesa”.

As garantias dos arguidos no decurso de todo o processo contraordenacional, desde a fase inicial de índole administrativa até à fase eminentemente judicial, não se limitam somente aos direitos de audiência e defesa, consagrados no art.º 50.º do RGCO direitos, mas estendendo-se aos direito de, primeiro, impugnação das decisões administrativas sancionatórias perante os tribunais, segundo os artigos 59.º e seguintes do RGCO e, finalmente, o direito de recurso das decisões condenatórias judiciais, previstos nos art.ºs 73.º a 75.º do RGCO.

Nas fases de impugnação e recurso judiciais das decisões de aplicação, ou de condenação, em coima e outras, valem as genéricas garantias constitucionais e processuais penais, quer os diretamente referidas naquela norma constitucional, quer os dimanados dos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático.



2020, março | 1.ª Edição

Monografia

Direito Penal

C/IVA €46,25 | S/IVA €43,63

528 Páginas

9789898515834

Capa mole

Lombada 26,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,886



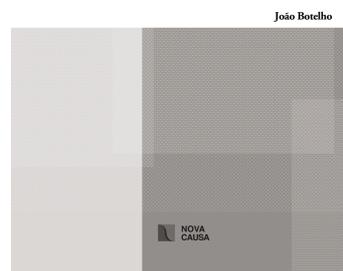
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Restituição Provisória de Posse

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

- I. PETIÇÕES INICIAIS
- II. OPOSIÇÕES
- III. VARIA



2019, dezembro | 1.ª Edição

---

Série Formulários

---

Direito Processual

---

C/IVA €23,5 | S/IVA €22,17

---

170 Páginas

---

9789898515827

---

Capa mole

---

Lombada 8,5 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,349

---



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# A Tutela de Direito Intelectual das Criações de Moda

*Em Especial, as Fronteiras entre a Inspiração e a Cópia*

**RITA CANIÇO ALBANO**

A evolução tecnológica veio facilitar a produção de cópias de criações de moda originais, o que determinou o aumento do risco dos direitos dos criadores de moda ficarem descobertos, isto é, sem protecção.

Com a presente obra pretendemos analisar de que modo o Direito português, no âmbito do Direito da Propriedade Industrial e do Direito de Autor, confere protecção às criações de moda e aos seus criadores.

Tratamos, em especial, as fronteiras entre o recurso a uma criação de moda como fonte de inspiração e a cópia/contrafacção de uma criação de moda protegida.

Na primeira parte introduzimos o tema, definindo criação de moda.

Na segunda parte, analisamos os regimes do Direito de Propriedade Industrial e do Direito de Autor, enquanto instrumentos de protecção da criação de moda, em Portugal e a possibilidade de conferirem, ou não, protecção cumulativa.

No âmbito do regime do Direito da Propriedade Industrial focamo-nos no regime dos desenhos ou modelos, aquele que abrangerá a maioria das criações de moda enquanto criações estéticas, mas sem esquecer o regime da marca na moda, da patente ou modelo de utilidade da moda e a protecção residual e indirecta da concorrência desleal.

Já no âmbito do Direito de Autor, analisamos de que forma a criação de moda se subsume aos requisitos necessários para ser protegida por este regime e em que consiste essa protecção.

Terminamos com a limitação entre a criação de moda que resulta de inspiração e a criação de moda que é uma reprodução/cópia, de acordo com a perspectiva e protecção conferidas pelo Direito da Propriedade Industrial, por um lado, e pelo Direito de Autor, por outro.



2020, fevereiro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €14,28 | S/IVA €13,47

104 Páginas

9789898515810

Capa mole

Lombada 5,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,25



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

# Responsabilidade Civil em Eventos Desportivos

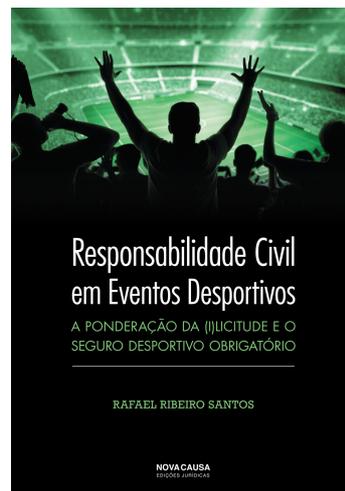
*A Ponderação de (I)licitude e o Seguro Desportivo Obrigatório*

**RAFAEL RIBEIRO SANTOS**

A obra que se acaba de apresentar dá resposta a várias questões civilísticas no universo desportivo com que se deparam os teóricos e práticos do direito, assim como os tribunais portugueses e estrangeiros, nomeadamente, em que circunstâncias deverão ser responsabilizados os agentes que participaram em qualquer tipo de evento desportivo, onde se produziram danos que necessitam ser reparados.

A obra elenca, de forma organizada e detalhada, excertos retirados da totalidade das decisões proferidas pelos tribunais superiores nacionais e estrangeiros, relativamente à figura da assunção do risco e do consentimento do lesado, como causas de justificação de factos danosos no domínio desportivo e de que forma o tema é tratado quer entre a doutrina, quer entre a jurisprudência.

Nesse sentido, a obra apresenta-se como instrumento de estudo e de trabalho essencial para auxiliar o julgador na aplicação do direito ao divulgar o nosso raciocínio sobre o assunto em questão algo que, até agora, ainda não tinha uma resposta definitiva na sua realidade prática.



2020, janeiro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €24 | S/IVA €22,64

200 Páginas

9789898515803

Capa mole

Lombada 10 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,394



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Colectânea de Legislação de Resolução Alternativa de Litígios

ARTUR FLAMÍNIO SILVA

A presente colectânea de legislação fica, no entendimento do autor, substancialmente mais enriquecida ao contar com um texto introdutório que proporcione aos seus leitores um enquadramento do quadro legislativo, de natureza complexa e algo diversa, que abunda, no ordenamento jurídico português, no seio dos meios de resolução alternativa de litígios (RAL).

Neste sentido e antes de avançarmos para uma explicação sumária sobre o nosso entendimento do conceito de meios de resolução alternativa de litígios e das realidades que ao mesmo se reconduzem, devemos advertir que, tal como o próprio título deste texto indicia, o nosso foco incidirá tão-somente no contexto legal nacional e não propriamente no plano da arbitragem internacional. Não obstante, a opção por uma visão de cariz essencialmente nacional do problema não prejudica o facto de se contar, quando tal se mostre relevante e indispensável para a coerência sistémica da exposição, com a referência a elementos normativos internacionais de relevo.

Por outro lado, é ainda inequívoco que a nossa intenção não é que este texto venha a substituir o rico conteúdo que já se regista, a este respeito, na doutrina nacional. A exposição que se segue tem um propósito introdutório no contexto da legislação que optou por coligir, pelo que se procedeu em certos casos, a uma resenha essencial, tanto quanto possível e resumida maioritariamente à doutrina nacional, das questões jurídicas que muitos dos regimes jurídicos coligidos na presente obra suscitam.

Em suma, as palavras que se seguem têm na sua génese uma intenção claramente introdutória e que pretende, essencialmente, suscitar a curiosidade, bem como a necessária crítica, sobre os regimes jurídicos mais relevantes relacionados com os meios RAL no sistema jurídico português.



2020, janeiro | 1.ª Edição

Legislação

Direito Processual

C/IVA €26 | S/IVA €24,53

344 Páginas

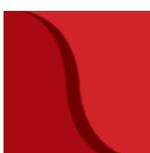
9789898515797

Capa mole

Lombada 17,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,61



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Tributação das Aquisições Originárias de Bens Imóveis

JOÃO VINHA BARRETO

As aquisições de bens imóveis por meio de usucapião e acessão industrial imobiliária são meios de constituição de direitos reais de gozo ex novo suscetíveis de constituir relações jurídicas de imposto.

O trabalho que se apresenta é um estudo sistemático que cruza matérias de Direito Fiscal, Direitos Reais e Direito dos Registos e Notariado e que interpreta toda a relação jurídica de imposto – nomeadamente, o facto tributário, o valor tributável, as isenções, a liquidação, as taxas, o cumprimento, a fiscalização e o poder sancionatório.

É um estudo particularmente relevante para advogados, solicitadores, notários, técnicos da administração tributária e magistrados das secções de direito tributário.



2019, novembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Tributário

C/IVA €22 | S/IVA €20,75

216 Páginas

9789898515780

Capa mole

Lombada 10,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,418

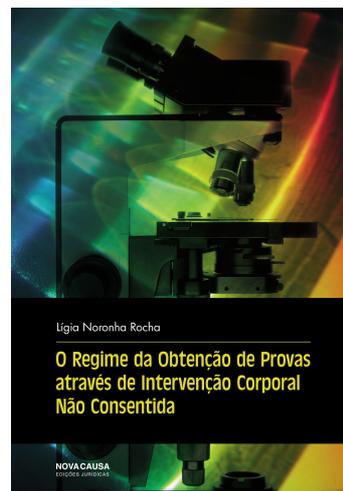


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# O Regime da Obtenção de Provas através de Intervenção Corporal não Consentida

LÍGIA NORONHA ROCHA

Qual é o limite da prossecução da descoberta da verdade, mediante uma intervenção corporal, quando não há consentimento do visado? O problema da definição dos limites da obtenção de prova mediante intervenção corporal não consentida, deriva da dupla posição do Arguido como sujeito processual, dotado de garantias constitucionalmente consagradas, entre as quais, o princípio do nemo tenetur se ipsum accusare e simultaneamente, o Arguido como meio de prova, imprescindível para a prossecução da descoberta da verdade. Iremos delimitar a nossa análise às intervenções corporais que sejam especialmente desconfortáveis para o visado, pela dor, sofrimento e ansiedade que causam e os riscos de saúde que comportam, e relativamente às quais, se levanta a questão de saber em que circunstâncias é que podem ser admitidas e valoradas como prova do crime contra o próprio visado. É inerente e incidível da ideia de Estado de Direito que a prossecução da descoberta da verdade não é um valor absoluto, estando limitada pelos direitos fundamentais e pelas garantias de processo criminal da pessoa visada suspeita de um crime e que se recusa a submeter-se a uma intervenção corporal especialmente gravosa. É necessário assegurar os direitos de defesa do visado que não presta o seu consentimento, para obtenção de prova contra si, mediante uma intervenção corporal. Tem de lhe ser dada oportunidade de se opor a tal intervenção, ao abrigo do seu direito à auto-determinação, do seu direito a um julgamento justo e equitativo e do seu direito à não auto-incriminação, ou não se estaria num Estado de Direito Democrático. Como tal, é imperativo analisar a efectividade de protecção do Suspeito e do Arguido na legislação em vigor e de estabelecer uma garantia processual que lhe permita previamente obstar a ser submetido a tal intervenção corporal, se não tiver sido autorizada pelo Juiz de Instrução Criminal, ao qual, cabe fazer uma ponderação imparcial, pautada por um conjunto de critérios taxativos que garantam o respeito pelos seus direitos fundamentais.



2019, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €23,75 | S/IVA €22,41

224 Páginas

9789898515773

Capa mole

Lombada 11,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,43

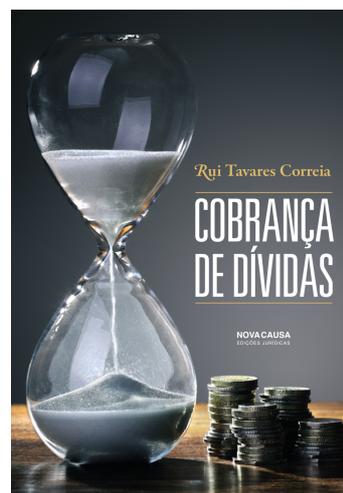


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Cobrança de Dívidas

RUI TAVARES CORREIA

O presente texto procura abordar a temática da cobrança de dívidas de um ponto de vista essencialmente prático, fazendo uma descrição sumária dos diversos meios a que pode recorrer o credor para prosseguir o seu objectivo de ser pago. Através dessa visão de conjunto, pretende-se que possa, pela escolha do caminho a seguir, ser delineada a melhor estratégia em ordem à consecução do objectivo visado. A descrição dos institutos é por isso efectuada de forma deliberadamente sumária, sendo, apenas quando se considerou relevante recolhida a jurisprudência tida por mais importante a respeito de algumas das questões tratadas, sempre tentando não se perder de vista a natureza prática que se pretendeu imprimir ao texto. Esse esforço não ficaria completo sem que se abordassem as custas que envolve qualquer um dos meios de cobrança descritos e sem que se introduzisse um formulário destinado a permitir a implementação na prática a cobrança extrajudicial de dívidas.



2019, outubro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Comercial

---

C/IVA €23,57 | S/IVA €22,24

---

208 Páginas

---

9789898515766

---

Capa mole

---

Lombada 10,4 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,406

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Minutas de Processo Penal

*Série Formulários*

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

## Introdução

Acção de responsabilidade civil contra o Estado (prisão ilegal)

Apensação Processual

Cancelamento de Registo Criminal

Contrato de prestação de serviços jurídicos

Cúmulo Jurídico

Devolução de bens apreendidos (após absolvição)

Devolução de bens apreendidos (pertencentes a terceiro)

Habeas Corpus (SEF)

Habeas Corpus (tráfico de droga)

Incumprimento de multa em prestações

Inibição de poder paternal (homicídio)

Justificação Judicial de Óbito

Pedido de indemnização cível (em separado)

Pedido de indemnização cível (homicídio)

Queixa- crime (Condomínio – abuso de confiança)

Queixa- crime (denúncia caluniosa)

Queixa- crime (violência doméstica)

Recurso de cúmulo jurídico

Recurso de prisão subsidiária

Recurso de Revisão

Recurso de revogação de liberdade condicional

Recurso por falta de intérprete

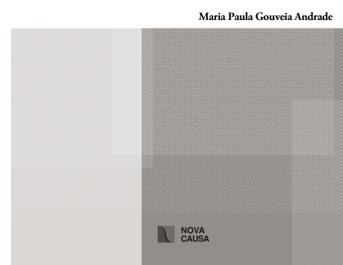
Requerimento de intervenção hierárquica

Saída Jurisdicional

Transferência definitiva

Transferência internacional (MP)

Transferência Internacional (Arguido)



2019, outubro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €24,83 | S/IVA €23,42

192 Páginas

9789898515759

Capa mole

Lombada 9,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,382



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

# Procedimento Cautelar Comum

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

### I. PETIÇÕES INICIAIS

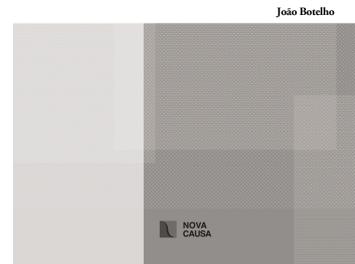
1. Funcionamento de Elevador no 8º andar
2. Encerramento de discoteca
3. Encerramento de posto de combustível ao lado duma escola
4. Intimação para não uso da casa de morada de família
5. Entrega de estabelecimento encerrado
6. Acesso a terraço pela fracção para realização de obras
7. Cessação de actos de mandatário
8. Recuperação de insígnias em Franchising
9. Proibição em sede de Propriedade Intelectual
10. Abstenção de uso de garantia bancária por fraude
11. Suspensão de gerente

### II. OPOSIÇÕES

12. Não obrigatoriedade de obras pelo senhorio
13. Gravidade reduzida
14. Fácil reparabilidade
15. Inexistência de dano
16. Desproporcionalidade
17. Desnecessidade
18. Uso indevido da providência
19. Repetição da Providência

### III. VARIA

20. Da inversão do contencioso em geral
21. Fundamentação para Pedido de inversão do contencioso
22. Fundamentação para Pedido de oposição a inversão do contencioso
23. Pedido de auxílio de força pública
24. Prestação de caução
25. Pedido de levantamento de providência
26. Queixa crime por desobediência
27. Recurso de sentença que indeferiu providência
28. Responsabilidade do requerente



2019, setembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €27 | S/IVA €25,47

224 Páginas

9789898515742

Capa mole

Lombada 11,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,43



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

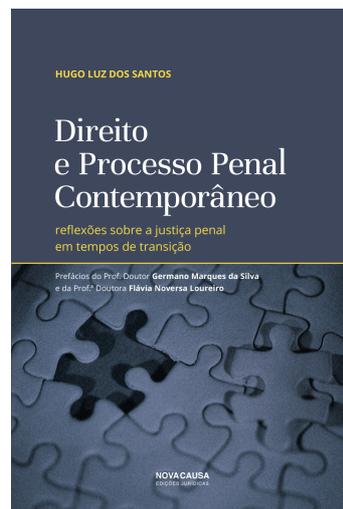
**novacausa@novacausa.net**

# Direito e Processo Penal Contemporâneo

*Reflexões sobre a justiça penal em tempos  
de transição*

**HUGO LUZ DOS SANTOS**

I. Reflectir sobre o Direito e Processo Penal do presente (e, essencialmente, do futuro que não se antolha longínquo) é o que perpassa a quiddidade (a essência) da presente obra. Sob o signo vivificador da incessante mudança que impele estes turbulentos tempos, esta obra colima-se a alcançar 5 (cinco) objectivos primaciais: I) oferecer ao leitor um conjunto de reflexões que se destinam a buscar na linha fria do horizonte jurídico lusófono as soluções do «amanhã» que cada vez mais é o «hoje»; II) realizar um exercício de defesa da interdisciplinaridade enquanto propugnáculo preferencial para (e de) um diálogo que aspira à colheita de soluções multi-disciplinarmente cunhadas; III) inventariar com rigor técnico-jurídico uma panóplia de candentes desafios trazidos à liça pela sociedade do risco e pela pós-modernidade industrial, bem como das formas (teleológico-funcionalmente) mais adequadas para os resolver a contento; IV) fazer uma aberta apologia da trilogia «economia de custos»; «utilização exaustiva dos mecanismos de consenso e diversão no processo penal»; e «maximização da justiça consensual» como formas funcional (e processualmente) adequadas para tratar eficazmente a pequena e a média criminalidade; V) conferir um «novo rosto dogmático» ao candente tema da responsabilidade penal das pessoas colectivas.  
(...)



2019, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €34 | S/IVA €32,08

384 Páginas

9789898515735

Capa mole

Lombada 19,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,67

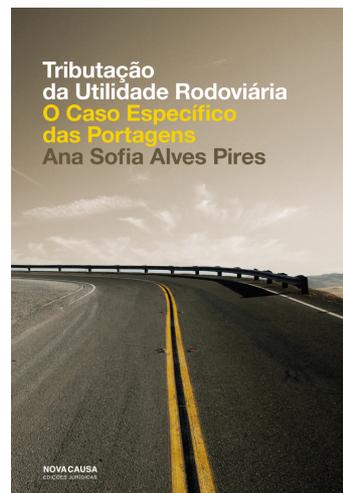


**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Tributação da Utilidade Rodoviária

## *O Caso Específico das Portagens*

**ANA SOFIA ALVES PIRES**



O presente trabalho visa o estudo da natureza jurídica da portagem. Não obstante a denominem, correntemente, como “taxa”, a verdade é que esta designação não é suscetível de lhe atribuir, por si só, natureza jurídica. Nos contratos de concessão estabelece-se a relação entre a Administração Pública e o concessionário e a relação entre o concessionário e o utente beneficiário do serviço. Para classificar esta última, deve valorizar-se a situação concreta da vida, assim como, ter em conta a sua função prática. Pelo que, não se deve inferir da natureza dessa relação através da natureza abstrata que se atribuiu à portagem que, por sua vez, foi obtida através de dados puramente concetuais e normativos. Naturalmente, a classificação da portagem como uma taxa ou como um preço privado tem marcantes efeitos para o utilizador. Isto porque, ao passo que, se se tratar de uma taxa o utilizador para se defender poderá lançar mão da LGT e do CPPT, se se tratar de um preço privado, do não pagamento nunca resultaria um processo de execução fiscal. Destarte, questões como quem possui legitimidade para reclamar a cobrança das portagens, qual o tipo de relação e a (im)possibilidade de recurso à execução fiscal, são alguns dos temas a que procuraremos dar resposta.

2019, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Tributário

C/IVA €21,9 | S/IVA €20,66

184 Páginas

9789898515728

Capa mole

Lombada 9,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,37



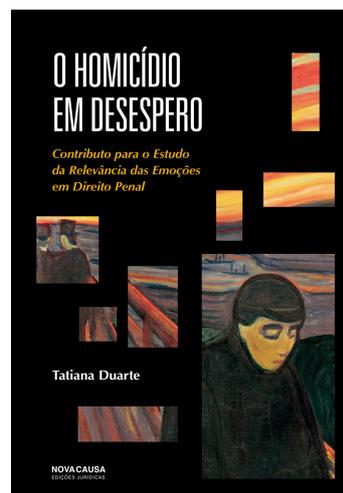
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# O Homicídio em Desespero

## *Contributo para o estudo da relevância das emoções em Direito Penal*

TATIANA DUARTE

A relevância jurídico-penal de aspectos subjectivos do comportamento humano é perspectivada com uma suspeição herdada do binómio razão / emoção. A recuperação pela filosofia contemporânea do pensamento de Aristóteles sobre as emoções tem contribuído para repensar uma concepção mecanicista culturalmente enraizada, conferindo-lhes um poder adaptativo e discriminatório, fundamental à decisão racional. O presente estudo tem por objeto específico o desespero enquanto móbil do homicídio privilegiado e a sua ressonância no seio da doutrina e da prática jurisprudencial portuguesas. O desespero será delimitado dos restantes fundamentos que legitimam a aplicação do homicídio privilegiado, distinção que cujo alcance está associada à pré-compreensão do fundamento da atenuação da culpa. O livro propõe uma leitura do artigo 133.º do Código Penal que permita conferir relevância à concreta subjectividade do agente no momento do crime sem condenar a resolução de casos concretos ao arbítrio do intérprete-aplicador ou ao relativismo moral. A compreensão dos termos da atenuação da culpa no homicídio privilegiado terá sempre em consideração a problematização do desespero, como uma situação psíquica ou como um facto objectivo. O livro pugna por uma maior permeabilidade do pensamento jurídico-penal às emoções, em particular ao seu momento vivencial, no momento da apreciação da culpa.



2019, setembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Penal

C/IVA €31,5 | S/IVA €29,72

296 Páginas

9789898515711

Capa mole

Lombada 14,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,538



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Contratos Comerciais Diversos

*Série Formulários*

**MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE**

Arrendamentos comerciais  
Contrato de arrendamento para habitação  
Contrato de arrendamento comercial (simples)  
Contrato de arrendamento comercial (com preferência e fiança)  
Contrato de arrendamento comercial (com fiança)  
Contrato de arrendamento imobiliário para fins não habitacionais (contrato de outdoor)  
Contrato de cessão de estabelecimento comercial  
Contrato de locação de estabelecimento comercial  
Contrato-promessa de trespasse  
Contrato de trespasse  
Distribuição comercial  
Contrato de agência (ou representação comercial)  
Contrato de concessão  
Contrato de distribuição  
Contrato de franquia  
Garantias bancárias  
Carta de conforto (fraca)  
Carta de conforto (média)  
Carta de conforto (forte)  
Mandato de crédito  
Garantia bancária autónoma  
Diversos  
Algumas notas sobre actas  
Alojamento local  
Contrato de abertura de crédito  
Contrato de abertura de crédito com hipoteca  
Contrato de depósito comercial  
Contrato de factoring  
Contrato de mediação imobiliária  
Contrato de mútuo bancário  
Contrato de prestação de serviços TVDE  
Penhor mercantil (de equipamentos ou existências)  
Procurações (alguns exemplos)



2019, julho | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Comercial

C/IVA €16,30 | S/IVA €15,38

144 Páginas

9789898515704

Capa mole

Lombada 7,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,31



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Responsabilidade Civil

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

Acção de responsabilidade pré-contratual pelos prejuízos sofridos pelo autor por ter deixado de arrendar um prédio seu, por estar convicto de que ia concluir um negócio com o réu, que se frustrou por culpa injustificada deste  
Acção de responsabilidade pré-contratual de imobiliária contra cliente incumpridor  
Acção de responsabilidade pré-contratual por omissão de informações relevantes numa cessão de quotas  
Acção de responsabilidade civil médica  
Acção de responsabilidade civil automóvel  
Acção de responsabilidade civil automóvel  
Acção de responsabilidade civil automóvel  
Acção de responsabilidade civil por ofensa do direito à honra  
Acção de responsabilidade civil por danos causados por animais  
Acção de responsabilidade civil  
Responsabilidade civil por omissão do dever de vigiar coisa imóvel  
Acção de responsabilidade civil por culpa in vigilando  
Acção de responsabilidade civil por venda de produtos defeituosos  
Acção de responsabilidade civil extracontratual bancária  
Acção de responsabilidade civil pós-divórcio  
Acção contra vizinho barulhento  
Acção de responsabilidade civil por danos causados por instalação de gás  
Responsabilidade por informações erradas  
Responsabilidade por conselhos, recomendações  
Responsabilidade civil decorrente de actividade perigosa  
Responsabilidade civil decorrente de actividade perigosa  
Danos reflexos  
Responsabilidade de concessionário de auto-estrada  
Responsabilidade pelo sacrifício em caso de cessação lícita de contrato  
Responsabilidade do Estado



2019, julho | 2.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €24,82 | S/IVA €23,42

192 Páginas

9789898515698

Capa mole

Lombada 9,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,382



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Destituição de Gerentes e Administradores de Sociedades Comerciais

*A Visão dos Tribunais Portugueses*

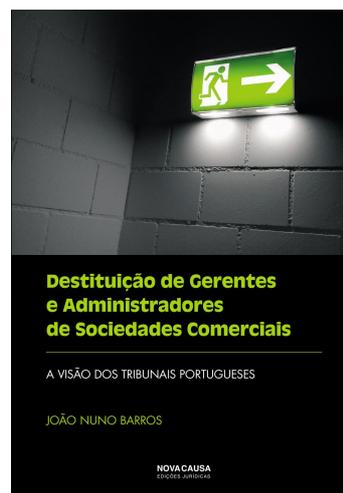
**JOÃO NUNO BARROS**

A destituição de gerentes e administradores de sociedades comerciais é um tema de enorme relevo no âmbito do direito das sociedades comerciais, convocando diversas e complexas problemáticas.

Nesse sentido, e considerando que à matéria não tem vindo a ser conferida uma atenção, que é devida, por parte da doutrina, cremos que uma obra que permita obter uma visão prática acerca das questões suscitadas pela destituição de membros de órgãos de administração societários se afigura de acrescida utilidade.

Por conseguinte, tendo como desiderato proporcionar ao leitor uma visão prática acerca da destituição de gerentes e administradores de sociedades comerciais, optámos por expor, de modo sucinto e organizada, aquela que é a visão dos tribunais superiores nacionais acerca do tema.

A obra encontra-se dividida em quatro capítulos gerais: (i) Formas e efeitos societários da destituição de gerentes e administradores de sociedades comerciais; (ii) Conceito de justa causa e deveres de gerentes e administradores de sociedades comerciais; (iii) Questões em torno da indemnização devida ao gerente ou administrador destituído; (iv) Questões processuais.



2019, junho | 1.ª Edição

Legislação & Jurisprudência

Direito Comercial

C/IVA €32,5 | S/IVA €30,66

280 Páginas

9789898515681

Capa mole

Lombada 14 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,514



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# O Segredo de Justiça, o Direito à Informação e a Liberdade de Imprensa

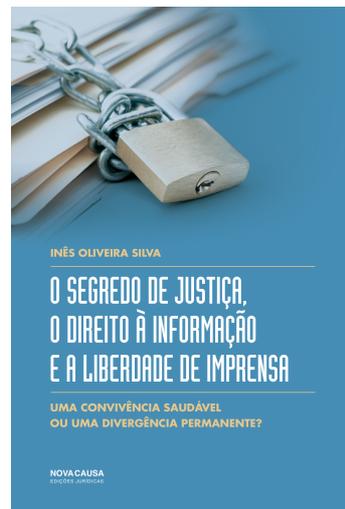
*Uma convivência saudável ou uma divergência permanente?*

**INÊS OLIVEIRA SILVA**

A obra versa sobre segredo de justiça, direito à informação e liberdade de imprensa.

A pergunta a que se tenta oferecer uma resposta é a de saber se estas realidades vivem em constante divergência ou se até convivem de modo pacífico, sendo facilmente harmonizadas e apresentando desafios solucionáveis.

Neste sentido, são analisados vários conceitos e é escrutinada a relação entre estas realidades na atualidade, em que a informação é constante, e analisam-se, entre outros temas, as questões das fontes no jornalismo, da constituição de assistente e da possível densificação do direito à informação.



2019, julho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €19,80 | S/IVA €18,68

150 Páginas

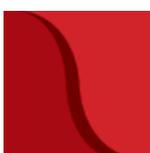
9789898515674

Capa mole

Lombada 7,5 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,319



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Condomínio

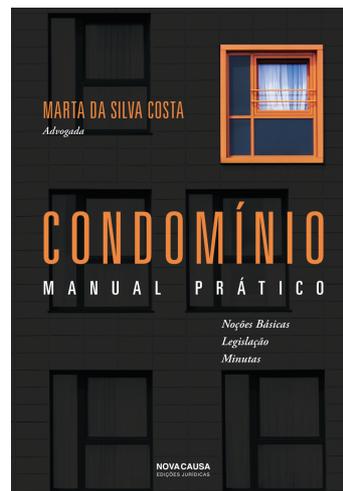
## Manual Prático

MARTA DA SILVA COSTA

Este trabalho surgiu da necessidade de compilar alguma informação relativa a questões de condomínio, sendo que o que agora se publica começou a ser trabalhado ainda nos tempos de Estágio, mas, por escassez de tempo, só agora foi possível concluir.

No ano em que completa 10 anos de profissão, decidi que não podia continuar na gaveta este “rascunho” que agora vos deixa.

Que este seja útil tanto para os que diariamente lidam com este tipo de questões, como para os que, enquanto condóminos, tantas vezes se vêem confrontados com dúvidas e incertezas.



2019, maio | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Civil

---

C/IVA €24,46 | S/IVA €23,08

---

216 Páginas

---

9789898515667

---

Capa mole

---

Lombada 10,8 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,418

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

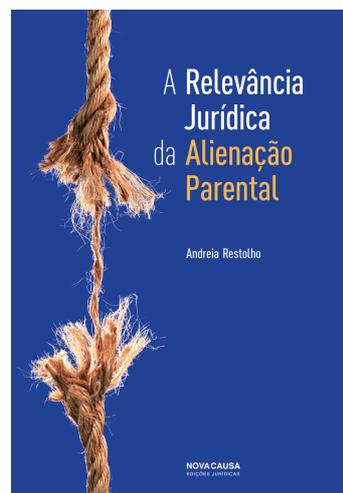
# A Relevância Jurídica da Alienação Parental

ANDREIA RESTOLHO

Apresente obra tem origem numa tese de mestrado que se encontra devidamente atualizada e revista sobre um tema tão atual e importante como é a Alienação Parental e a sua relevância jurídica.

Na presente obra é realizada uma análise da evolução histórica e das questões psicológicas gerais do tema da Alienação Parental, da necessidade do seu enquadramento jurídico, das respostas jurídicas substantivas a dar nestes casos e, por último, mas não menos importante, da prova a realizar.

Tendo sempre como intuito jurídico a salvaguarda do melhor interesse das crianças, atendendo a que nunca poderemos esquecer que as crianças de hoje são os adultos de amanhã, num mundo em constante mutação.



2019, maio | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Civil

---

C/IVA €23,50 | S/IVA €22,17

---

176 Páginas

---

9789898515650

---

Capa mole

---

Lombada 8,8 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,358

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Contratos Comerciais

RUI TAVARES CORREIA

Rui Tavares Correia

## CONTRATOS COMERCIAIS



### I. Os contratos comerciais

1. O contrato de agência
2. O contrato de concessão comercial
3. O contrato de franquia
4. O contrato de compra e venda comercial
5. O contrato de fornecimento
6. O contrato de mandato comercial
7. O contrato de comissão
8. O contrato de consignação

### II. Legislação e Jurisprudência

1. Contrato de Agência
2. Contrato de concessão comercial
3. Contrato de franquia
4. Contrato de compra e venda comercial – disposições do Código
5. Contrato de fornecimento
6. Contrato de mandato comercial - disposições do Código Comercial e Jurisprudência
7. Contrato de comissão - disposições do Código Comercial e Jurisprudência
8. Contrato de consignação - Jurisprudência

### III. Minutas de contratos

1. Contrato de Agência
2. Contrato de Concessão Comercial
3. Contrato de Franquia
4. Contrato de Fornecimento
5. Contrato de Consignação

2019, abril | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €23,75 | S/IVA €22,41

464 Páginas

9789898515643

Capa mole

Lombada 23,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,79



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Prisão do Trabalhador e as suas Consequências no Contrato de Trabalho

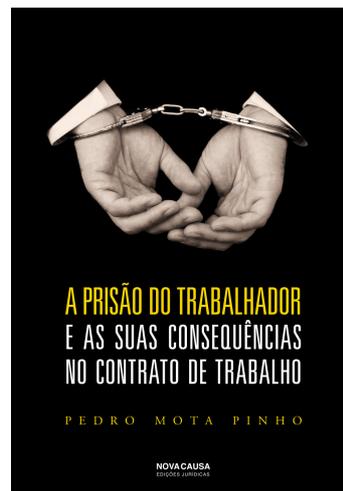
PEDRO MOTA PINHO

Como o título indica, o presente estudo incidirá na questão da prisão preventiva e efectiva do trabalhador, nomeadamente, nas consequências que daí podem advir para o seu contrato.

Este tema despertou a nossa atenção – talvez pela sua singularidade – desde o nosso primeiro contacto com o direito laboral. Será que a prisão do trabalhador acarreta a pena capital para o vínculo laboral? Porque é que a nossa lei aparenta ser lacunosa quanto a este aspecto? Estas foram algumas perguntas que viajaram pelo nosso intelecto, o que acabou por

despertar o desiderato em efectuar um estudo aprofundado sobre este tema. Visando ser analíticos, decidimos dividir esta tese em duas partes: a prisão preventiva; e a condenação do trabalhador em pena de prisão efectiva. Assim o fizemos, porquanto estamos a tratar de duas realidades distintas que acabam por gerar diversas soluções, tanto na doutrina como na jurisprudência.

Por fim, aproveitamos o ensejo para dizer que com este estudo não pretendemos inovar, muito menos descobrir a solução para um imbróglio que dificilmente terá uma resolução unânime. Pretendemos, sim, dissecar os diversos entendimentos, tentando percebê-los e, da mesma maneira, expor o nosso entendimento que, ressalve-se já, nem sempre nos surgiu de imediato, mas através de longos processos de investigação.



2019, abril | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €13,50 | S/IVA €12,74

80 Páginas

9789898515636

Capa mole

Lombada 4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,214



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Questão Estritamente Desportiva

JOÃO FARIA GAYO

## Questão Estritamente Desportiva

JOÃO FARIA GAYO



Desde que o desporto atingiu a sua emancipação, a sua maioria social, também os seus intervenientes foram sendo habilitados a gerir as suas relações jurídicas.

O desporto não é, porém, um fenómeno parassocial, à margem do Estado, reservando este, para si, ainda hoje, o primado da tutela jurisdicional sobre grande parte dessas relações.

Com efeito, o Estado apenas reconhece, o que acontece por delegação de poderes, autonomia privada, para um certo núcleo de questões cuja resolução será mais perfeitamente alcançada por esses privados, e que não contenda com aquilo que são questões de natureza pública ou que possam afetar uma esfera que se estenda para além da própria organização privada.

Assim, é aceite pelo Estado que as entidades desportivas, com determinadas características, de onde se destaca a utilidade pública desportiva, possam livremente dispor sobre matérias que sejam de jaez estritamente desportivo, que lhes digam respeito unicamente a elas sem que possam chocar com outros interesses mais alargados e que entrem na reserva da esfera do interesse público.

Este trabalho visa uma abordagem sobre o tema da questão estritamente desportiva e sua relevância no contexto do direito do desporto.

Mas então o que é estritamente desportivo. O que é que o Estado admite ficar reservado para a esfera exclusiva das organizações desportivas?

Essa questão é tão importante quanto a de saber que matérias ficarão vedadas à apreciação do Estado, designadamente, através dos Tribunais.

Faremos uma viagem sobre o tema sob o ponto de vista do legislador, ao longo dos sucessivos diplomas legais, das instâncias jurisdicionais desportivas e dos Tribunais.

2019, julho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €11,6 | S/IVA €10,94

100 Páginas

9789898515629

Capa mole

Lombada 5 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,244



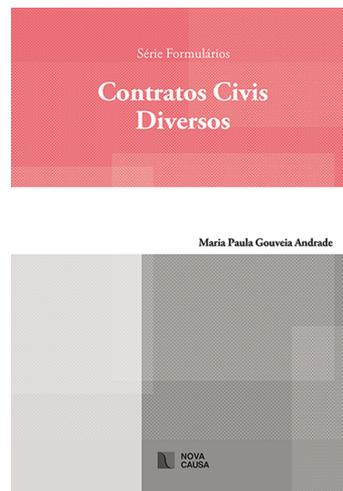
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Contratos Cíveis Diversos

*Série Formulários*

MARIA PAULA GOUVEIA ANDRADE

Arrendamento  
Subarrendamento  
Hospedagem  
Locação de estabelecimento  
Trespasse  
Arrendamento rural  
Arrendamento de campanha  
Parceria pecuária  
Contrato-promessa  
Direito de preferência  
Compra e venda  
Doação  
Permuta  
Cessão da posição contratual  
Mútuo  
Comodato  
Contratos de garantia  
Consignação de rendimentos  
Hipoteca  
Hipoteca de veículos  
Penhor  
Penhor de direitos  
Fiança  
Reconhecimento de dívida  
Transmissão singular de dívida  
Prestação de serviços  
Mandato  
Depósito  
Empreitada  
Prestação de serviços de mediação financeira  
Regulamento de associação de pais  
Regulamento de condomínio  
Algumas notas sobre actas  
Algumas notas sobre procurações



2019, fevereiro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €28 | S/IVA €26,42

312 Páginas

9789898515612

Capa mole

Lombada 15,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,562



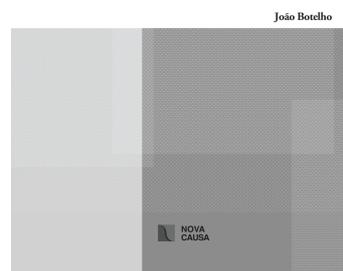
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Qualificação do Contrato de Trabalho

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

- I. Pró-Contrato de Trabalho
- II. Pró-Contrato de Prestação de Serviços
- III. Vária



2019, janeiro | 1.<sup>a</sup> Edição

---

Série Formulários

---

Direito Laboral

---

C/IVA €14 | S/IVA €13,21

---

136 Páginas

---

9789898515605

---

Capa mole

---

Lombada 6,8 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,298

---



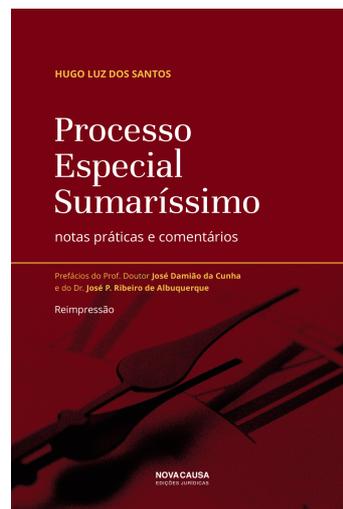
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Processo Especial Sumaríssimo

## Notas Práticas e Comentários

HUGO LUZ DOS SANTOS

A monografia “Processo Sumaríssimo: notas práticas e comentários” que agora se dá à estampa sob a chancela da “Nova Causa” emerge no panorama jurídico nacional movida por três objetivos primaciais: i) colmatar uma evidente lacuna teórico-prática no tratamento científico dos mecanismos de consenso em processo penal e, em particular, do processo especial sumaríssimo; ii) conferir uma abordagem eminentemente prática ao processo especial sumaríssimo, de modo a garantir ao público interessado (magistrados, advogados, juristas, estudantes de direito, órgãos de polícia criminal e demais interessados) uma importante ferramenta de trabalho que lhes permita dar resposta às inúmeras questões práticas que este regime jurídico levanta no labor diário dos tribunais; iii) conferir um tratamento doutrinal e, principalmente, jurisprudencial a este (cada vez mais) importante mecanismo de consenso e diversão em processo penal, vincando a sua importância prática no quadro do «dia-a-dia» dos tribunais.  
(...)



2019, outubro | 2.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €30 | S/IVA €28,3

280 Páginas

9789898515575

Capa mole

Lombada 14 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,514



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Destituição "Ad Nutum"

*A indemnização devida ao gerente de sociedades por quotas por destituição sem justa causa*

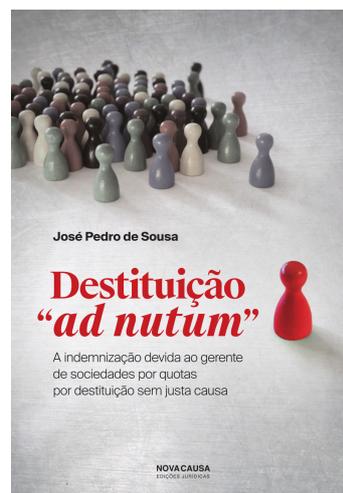
**JOSÉ PEDRO DE SOUSA**

Em todas as sociedades, comerciais ou civis, existe um órgão de administração diferenciado, mais ou menos intensamente, da coletividade dos sócios. O exercício de funções de administração está sujeito a permanente escrutínio dos sócios, sendo os administradores por via de regra escolhidos por aqueles.

Com a designação e aceitação (expressa ou tácita) por parte do administrador estabelece-se uma relação entre a sociedade e os administradores que usualmente se designa por relação de administração. A relação de administração pode extinguir-se por diversas formas, constituindo a destituição de administradores a causa de extinção que tem levantado maiores interrogações e divergências na doutrina e jurisprudência.

O direito português estabelece o princípio da livre destituição dos administradores das sociedades comerciais pelos sócios, independentemente da existência de justa causa para o efeito (cfr. arts. 257.º, n.º 1, e 403.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais). Isto é, o administrador pode ser destituído, a qualquer momento, antes do tempo por que foi designado, por deliberação dos sócios, sem que estes tenham de invocar para o efeito qualquer motivo justificativo.

Ao contrário do que sucede caso exista justa causa, a destituição sem justa causa constitui a sociedade na obrigação de indemnizar o administrador pelos prejuízos sofridos (cfr. art. 257.º, n.º 7 e 403.º, n.º 5). Coloca-se, então, a questão de determinar quais os prejuízos causados pela destituição sem justa causa que são indemnizáveis ou compensáveis. É, pois, este o tema objeto do presente estudo.



2018, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €14,40 | S/IVA €13,58

162 Páginas

9789898515568

Capa mole

Lombada 8,1 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,337



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Processo Penal – Volume 1

## *Série Formulários*

**FREDERICO TAVARES**

A Generalidades Processuais:

- 1- Procuração e substabelecimento
- 2- Requerimentos diversos

B Formulários em fase de inquérito

- 1- Denúncia e queixa
- 2- Assistente e pedido de indemnização civil
- 3- Requerimentos diversos

C Instrução

- 1- Abertura de instrução

D Medidas de coação

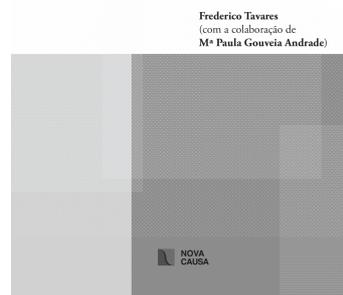
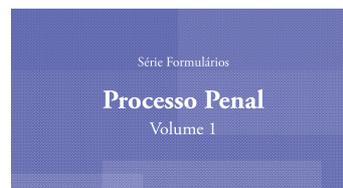
E Julgamento e sentença

- 1- Julgamento
- 2- Após sentença
- 3- Requerimentos diversos
- 4- Requerimentos orais em audiência de julgamento

F Recursos e penas

- 1- Recursos
- 2- Penas

G. Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça



2018, outubro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €29 | S/IVA €27,36

288 Páginas

9789898515551

Capa mole

Lombada 14,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,526



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Direitos da Personalidade

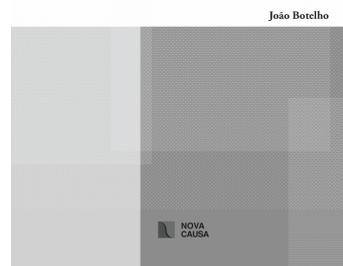
*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

I Providência Cautelar: 1- Providência cautelar não especificada de defesa do direito à saúde e ao repouso pedindo a suspensão de actividade ruidosa enquanto não forem tomadas medidas de insonorização.

II Processo Comum: 2- Pedido de indemnização por ofensa à honra por imputação de negligência profissional grave não provada. 3- Pedido de indemnização devido a ofensa ao bom nome de uma empresa. 4- Uso ilegítimo de imagem de jogador de futebol. 5- Pedido de indemnização por violação do direito à intimidade e vida privada. 6- Pedido de indemnização contra concessionária da conservação e exploração de uma auto-estrada pela perturbação no descanso e sono dos moradores de habitações contíguas. 7- Acção de indemnização contra vizinho barulhento. 8- Acção pedindo a remoção de cães barulhentos e indemnização por danos morais. 9- Pedido de indemnização por abuso de liberdade de imprensa. 10- Petição de indemnização contra um Banco por ilícita inclusão na Lista de Utilizadores de Risco. 11- Contestação 1 a pedido de indemnização por ofensa a direito da personalidade. 12- Contestação 2 a acção comum reclamando danos não patrimoniais.

III Processo Especial: 13- Acção contra o destinatário duma carta pedindo que este se abstenha de a publicar. 14- Acção para cessação de anúncio de mensagens eróticas em jornal por falta de confirmação de identidade de anunciante. 15- Acção especial contra uso ilegítimo de imagem de advogado. 16- Acção contra exposição de imagem pintada num quadro a óleo duma pessoa sem o seu consentimento. 17- Acção de um filho adulto pedindo para visitar sua mãe face à oposição dos irmãos com quem a mãe vivia. 18- Acção especial pedindo encerramento de um bar a partir das 22h. 19- Contestação 1 a acção especial de Tutela da Personalidade. 20- Contestação 2 a acção especial de Tutela da Personalidade. 21- Contestação 3 a acção especial de Tutela da Personalidade. 22- Contestação 4 a acção especial de Tutela da Personalidade.



2018, julho | 2.<sup>a</sup> Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €19,90 | S/IVA €18,77

192 Páginas

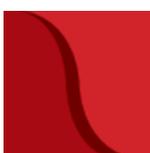
9789898515544

Capa mole

Lombada 9,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,382



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

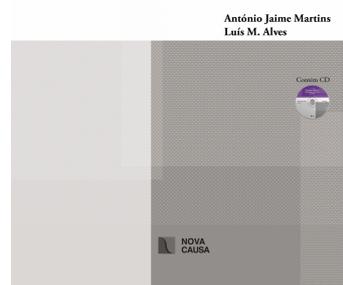
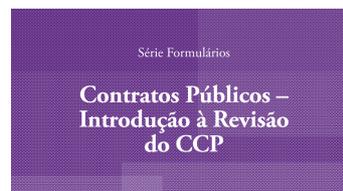
# Contratos Públicos

## Série Formulários

LUIS M. ALVES

I O diploma de revisão do Código dos Contratos Públicos: 1§- Os princípios da contratação pública. 2§- O valor do contrato. 3§- O órgão instrutor. 4§- As propostas variantes. 5§- Os impedimentos dos operadores económicos e a sua relevação. 6§- O planeamento da contratação. 7§- A consulta preliminar ao mercado. 8§- Os procedimentos adjudicatórios comuns. 9§- A decisão de contratar. 10§- O anúncio do procedimento e as regras de prevalências. 11§- O caderno de encargos. 12§- A sanação de formalidades não essenciais. 13§- O preço base. 14§- O preço ou custo anormalmente baixo. 15§- O critério de adjudicação. 16§- A adjudicação por lotes. 17§- A minuta do contrato. 18§- A caução. 19§- O gestor do contrato. 20§- A fatura eletrónica. 21§- A cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante. 22§- O pagamento direto ao subcontratado. 23§- Os trabalhos complementares. 24§- A resolução alternativa de litígios por meio de arbitragem.

II Minutas: 1- Consulta preliminar ao mercado. 2- Decisão de não contratação por lotes. 3- Fundamentação da escolha do ajuste direto/consulta prévia. 4- Indicação das regras de apresentação de proposta para lotes. 5- Decisão de não designação de júri. 6- Decisão de designação do gestor do contrato e delegação de poderes. 7- Complemento ao Anexo XII do Código dos Contratos Públicos para centro de arbitragem institucionalizado.



2018, janeiro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Administrativo

C/IVA € | S/IVA €

108 Páginas

9789898515537

Capa mole

Lombada 5,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,256



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Estudos de Direito do Trabalho

*Em Homenagem ao Professor Monteiro  
Fernandes*

VÁRIOS



2017, novembro | 1.<sup>a</sup> Edição

---

Artigos

---

Direito Laboral

---

C/IVA €80 | S/IVA €75,47

---

720 Páginas

---

9789898515513

---

Capa mole

---

Lombada 36 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs 1,174

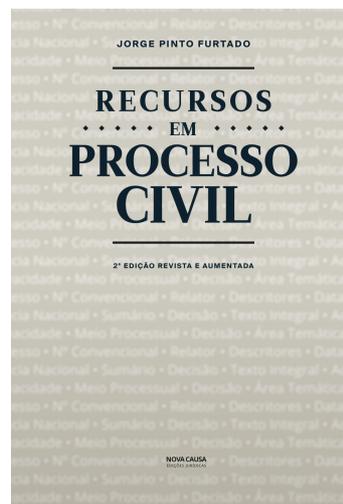
---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Recursos em Processo Civil

JORGE PINTO FURTADO



Não sou, nunca fui e espero nunca vir a ser dogmático.

Não poucas vezes, por isso, tenho mudado de opinião, ao longo da minha carreira, e não se admire, pois, o leitor que já me tenha lido na 1ª edição, de encontrar agora, num ou noutro ponto, alguma inflexão do entendimento anterior.

Revi atentamente todo o texto anterior, vírgula por vírgula, e não me fiquei pela expressão literária, mas reexaminei também, atentamente, o próprio conteúdo jurídico – e também aí uma análise mais demorada me levou, vez por outra, a mudar de entendimento.

Acontece.

Dizia José Tavares que só não muda de ideias quem as não tem e, pela modesta parte que me toca, esforço-me por tê-las com vigor, mas sem perseverar naquelas em que deixei de crer.

Não mudei, porém, relativamente às denúncias que tinha formulado acerca da indigente expressão literária do nosso Código de 2013, embora não vá agora engrossar o rol que esbocei na 1ª edição. Material não me faltava para isso, mas seria monótono.

2017, novembro | 2.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €27 | S/IVA €25,47

300 Páginas

9789898515506

Capa mole

Lombada 15 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,544



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# As Prestações em Espécie

## *À Luz dos Conceitos de Retribuição e de Retribuição Base*

**NUNO M AGOSTINHO**

As prestações em espécie correspondentes à atribuição de alojamento, de viatura automóvel, manutenção e combustível, de cartão de crédito, de telemóvel e crédito de chamadas, de seguros de vida, de saúde e de acidentes pessoais, desde que tenham carácter patrimonial, carácter obrigatório e o trabalhador tenha direito a recebê-las, como contrapartida da atividade realizada, fazem parte da retribuição.

Para apurar se fazem ou não parte da retribuição base, importa indagar se se relacionam com circunstâncias extrínsecas à prestação da atividade, nomeadamente com aspetos especiais que tenham que ver com o trabalhador, com o empregador, com a relação entre as partes, com o modo específico de execução da atividade desenvolvida ou com outras particularidades que a caracterizem.

Se a resposta a estas questões for negativa, verificando-se que as atribuições se encontram antes intrinsecamente relacionadas com a atividade prestada, constituindo contrapartida da mera atividade normal prestada pelo trabalhador, há que considerar que fazem parte da retribuição base.

Nesse caso, representarão parte da contrapartida devida pela disponibilidade do trabalhador durante o período normal de trabalho ajustado. Com efeito, a remuneração base não tem necessariamente i) de ser fixada apenas em dinheiro ii) nem tem de ter carácter obrigatoriamente certo. As partes são livres para desenhar a estrutura e contornos da prestação correspondente à atividade do trabalhador no período normal de trabalho, embora depois fiquem sujeitas ao respetivo regime legal.

O valor destas prestações deve ser apurado através da aplicação das normas fiscais que estabelecem as regras de “equivalência pecuniária” dos rendimentos em espécie.



2017, novembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €18 | S/IVA €16,98

192 Páginas

9789898515490

Capa mole

Lombada 9,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,382



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Responsabilidade dos Gerentes e Desconsideração Jurídica da Personalidade

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

Violação do dever de apresentação insolvência.

Responsabilidade dos gerentes por dissolução ilícita de sociedade

Outra Minuta de Acção de Responsabilidade civil contra liquidatários.

Responsabilidade dos gerentes por venda abusiva de um prédio da sociedade para realizar os seus próprios interesses, em violação do interesse social.

Responsabilidade dos gerentes da sociedade perante os credores que procedam à venda do património da mesma para impedirem os credores de satisfazerem os seus créditos, e fizerem seu o produto daquela venda.

Pedido de Arresto resultante da Responsabilidade dos gerentes por Abuso da personalidade Jurídica com subtracção do património à garantia geral e comum dos credores.

Outro procedimento cautelar com Responsabilidade do gerente por “Esvaziamento” de uma empresa em proveito de uma concorrente e Responsabilidade civil por actos de concorrência desleal.

Responsabilidade da sócia gerente por ter contraído empréstimos em nome da sociedade e aplicado o dinheiro na compra de bens próprios, prejudicando os credores.

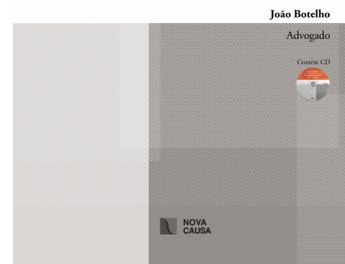
Responsabilidade delitual da sociedade e do gerente pelos danos ilicitamente causados aos direitos de personalidade de terceiro pelo funcionamento de um bar pertencente a uma sociedade comercial.

Responsabilidade do sócio gerente por confusão de patrimónios da sociedade e o do sócio.

Acção contra encerramento abrupto dum estabelecimento e migração dos activos para nova empresa com os mesmos sócios, no mesmo lugar e igual objecto social.

Outra acção contra gerentes que encerraram o estabelecimento e fizeram seus os bens.

(...)



2017, junho | 1.ª Edição

---

Série Formulários

---

Direito Comercial

---

C/IVA € | S/IVA €

---

142 Páginas

---

9789898515452

---

Capa mole

---

Lombada 7,1 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,307

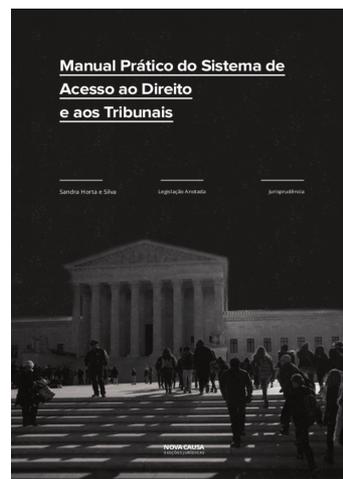
---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Manual Prático do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais

SANDRA HORTA E SILVA



O presente trabalho visa primordialmente ir ao encontro das diversas questões suscitadas pelos Advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais.

Tem um cariz essencialmente prático, motivo pelo qual foi preocupação da autora expor as temáticas de acordo com os critérios uniformizados no Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Justiça em 2011.

Este Grupo de Trabalho, que tinha como objetivo uniformizar os procedimentos de lançamento e validação de honorários, era composto por representantes da Ordem dos Advogados e do Ministério da Justiça, designadamente da DGAJ - Direção Geral Administração da Justiça, da DGPJ - Direção Geral da Política da Justiça e do IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP.

Por esse motivo, não deixa igualmente de ser uma ferramenta útil para os Oficiais de Justiça, responsáveis pela validação dos pedidos de honorários no Módulo Apoio Judiciário, inserido na plataforma do Sistema das Custas Judiciais.

No entanto, o Manual não se quedou somente por matérias respeitantes a lançamento e validação de honorários, versando outras temáticas distintas com impacto no dia-a-dia dos Advogados.

Pretendeu-se ainda compilar num só documento a legislação mais relevante sobre o Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais, bem como, apresentar aos Advogados alguma Jurisprudência relevante que tenha recaído sobre as matérias abordadas.

Por último, dá-se a conhecer aos Advogados algumas das propostas de melhoria do atual Sistema e que foram apresentadas pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados no período que decorreu desde a implementação deste sistema até Dezembro de 2016.

2017, maio | 1.ª Edição

Monografia

Direito Processual

C/IVA €24,5 | S/IVA €23,11

256 Páginas

9789898515445

Capa mole

Lombada 12,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,478



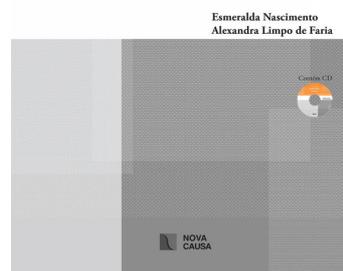
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Acções Cíveis Comuns

## *Série Formulários*

**ESMERALDA NASCIMENTO**

Após uma pausa em que se verificaram profundas alterações no processo civil e na própria organização judiciária, é agora altura do Formulário de Acções Cíveis Comuns voltar a ser editado, na sua oitava edição, na qual foram actualizadas as referências legais, jurisprudenciais e doutrinárias.



2017, abril | 1.ª Edição

---

Série Formulários

---

Direito Processual

---

C/IVA € | S/IVA €

---

314 Páginas

---

9789898515421

---

Capa mole

---

Lombada 15,7 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,565

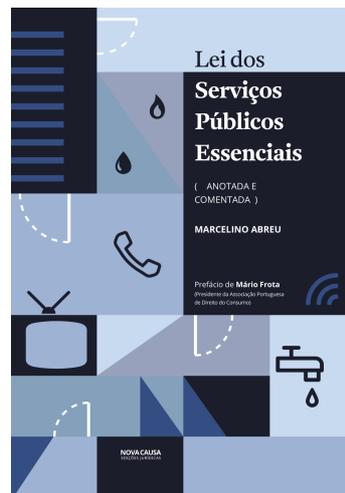
---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Lei dos Serviços Públicos Essenciais

MARCELINO ABREU



Praza a Deus que a obra encontre no alargado universo a que se dirige a receptividade adequada ao seu interesse e actualidade e constitua base para um debate consequente, já que os serviços públicos essenciais são, afinal, utilidades que entroncam nas necessidades do dia-a-dia inerentes ao bem-estar dos cidadãos, independentemente da sua condição económico-social e das vulnerabilidades que os firam, mas com redobrado afã em relação aos desvalidos da fortuna que perderiam o seu estatuto de cidadania se acaso fossem despojados do acesso a algo de elementar como a água, a energia eléctrica, as comunicações que constituem, nuns casos, direitos humanos e, noutros, produtos basilares compagináveis com o estádio civilizacional que a humanidade alcançou.

Que o autor se sinta recompensado do esforço que despendeu para ofertar à comunidade jurídica tão interessantes anotações e comentários.

**Mário Frota**

2017, janeiro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Civil

C/IVA €24 | S/IVA €22,64

220 Páginas

9789898515414

Capa mole

Lombada 11 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,424



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# A Compensação pela Cessação do Contrato de Trabalho

ANTÓNIO LUZ PARDAL



A obra versa o tema do direito do trabalhador à compensação pela cessação do contrato de trabalho. Trata-se, como é sabido, de um tema de importância vital para o trabalhador, mas que tem sido escassamente tratado pela nossa doutrina numa perspectiva integrada, apesar dos inúmeros problemas que suscita. E trata-se ainda de uma matéria candente, entre nós, uma vez que foi, nos últimos anos, objecto de sucessivas alterações legislativas, que não tinham, até agora, sido objecto da necessária reflexão.

É pois esta a temática que o Autor percorre ao longo da obra, enfrentando os difíceis problemas por ela suscitados, incluindo, entre outros, a questão da incidência das normas legais sobre esta matéria, tendo em conta que o regime legal actual, embora previsto em sede do despedimento colectivo, se aplica, na verdade, muito para além desse universo; a questão da coordenação das fontes laborais nesta matéria e, designadamente, o papel das convenções colectivas neste domínio; as questões relativas ao modo de cálculo desta compensação, que se tornaram particularmente espinhosas com as sucessivas alterações do regime legal introduzidas nesta matéria e com o regime transitório de salvaguarda dos direitos adquiridos nesta matéria; o controverso problema da exigência legal de devolução da compensação, como condição da impugnação judicial do despedimento; e a questão da natureza jurídica desta compensação.

A forma rigorosa, aprofundada e crítica com o Autor aborda a temática escolhida e discute os problemas por ela colocados – e isto independentemente do juízo técnico que nos possam merecer as conclusões a que chega em relação a cada ponto em particular – fazem desta obra um contributo de grande interesse e valia nesta área.

Lisboa, 27 de Setembro de 2016

Maria do Rosário Palma Ramalho

2017, janeiro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Laboral

---

C/IVA €27 | S/IVA €25,47

---

373 Páginas

---

9789898515407

---

Capa mole

---

Lombada 18,65 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,6535

---



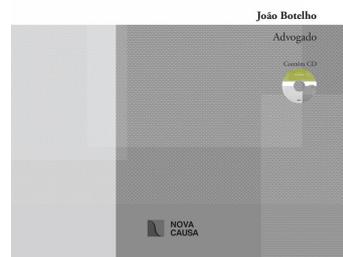
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Condomínio

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

Acção declarativa pedindo a nulidade parcial do título constitutivo.  
Acção destinada a impedir o uso de fracção autónoma contra o fim a que é destinada.  
Acção contra vendedor de fracção autónoma pedindo a eliminação de defeitos em partes comuns do prédio.  
Providência cautelar contra o condomínio para o exercício de um direito de personalidade.  
Acção pedindo a demolição de construções ilícitas feitas em partes comuns do prédio.  
Acção pedindo a retirada de uma conduta de evacuação de fumos e gorduras.  
Acção pedindo indemnização por uso indevido da fracção.  
Acção especial de exoneração do administrador do condomínio.  
Acção especial para apresentação de coisas ou documentos (artigo 1045.º cpc).  
Acção especial para nomeação de administrador na propriedade horizontal.  
Acção de anulação de deliberação do condomínio.  
Oposição à execução de acta de condomínio.  
Queixa-crime por abuso de confiança.  
Oposição à execução de acta de condomínio 2.  
Contestação a embargos de condómino executado.  
Oposição à execução de acta de condomínio 3.  
Oposição à execução de acta de condomínio 4.  
Acção contra condomínio por omissão ilícita de reparação de danos nas partes comuns.



2016, dezembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA € | S/IVA €

314 Páginas

9789898515391

Capa mole

Lombada 15,7 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,565



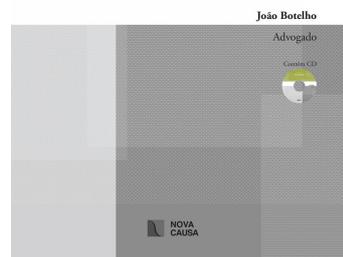
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Condomínio

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

Acção declarativa pedindo a nulidade parcial do título constitutivo.  
Acção destinada a impedir o uso de fracção autónoma contra o fim a que é destinada.  
Acção contra vendedor de fracção autónoma pedindo a eliminação de defeitos em partes comuns do prédio.  
Providência cautelar contra o condomínio para o exercício de um direito de personalidade.  
Acção pedindo a demolição de construções ilícitas feitas em partes comuns do prédio.  
Acção pedindo a retirada de uma conduta de evacuação de fumos e gorduras.  
Acção pedindo indemnização por uso indevido da fracção.  
Acção especial de exoneração do administrador do condomínio.  
Acção especial para apresentação de coisas ou documentos (artigo 1045.º cpc).  
Acção especial para nomeação de administrador na propriedade horizontal.  
Acção de anulação de deliberação do condomínio.  
Oposição à execução de acta de condomínio.  
Queixa-crime por abuso de confiança.  
Oposição à execução de acta de condomínio 2.  
Contestação a embargos de condómino executado.  
Oposição à execução de acta de condomínio 3.  
Oposição à execução de acta de condomínio 4.  
Acção contra condomínio por omissão ilícita de reparação de danos nas partes comuns.



2016, dezembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA € | S/IVA €

312 Páginas

9789898515391

Capa mole

Lombada 15,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,562



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Auxílios de Estado

JOÃO ZENHA MARTINS

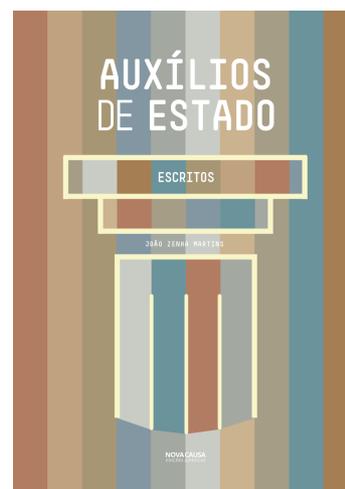
Os estudos que ora se dão à estampa condensam trabalhos feitos, em diferentes qualidades, sobre a vasta matéria dos auxílios de Estado, cuja malha normativa se encontra muito para além do TFUE.

Sendo vários os Regulamentos comunitários sobre os auxílios de Estado, a figura tem conhecido omnipresença na agenda política, uma vez que as políticas públicas dos Estados que integram a União Europeia estão em larga medida espartilhadas, suscitando novos e interessantes desafios aos decisores políticos, que, sem adicarem de um reduto intangível de soberania, não podem deixar de ponderar os múltiplos aspetos que se agregam em torno da possível distorção da concorrência associável a uma intervenção estatal.

Em época de crise do sistema financeiro, de renovadas necessidades de combate à desigualdade social e de reassunção do combate ao desemprego como desígnio universal, há toda uma panóplia de medidas públicas que, com respeito pelas regras de Direito da concorrência, são juridicamente aptas a prosseguir estes propósitos.

Pareceu-me, por isso, oportuno visitar alguns dos escritos que fui produzindo e que, em complemento a outros que construí especificamente para este livro, permitem atualizar e interligar ideias, viabilizando novas reflexões e também a consolidação de uma linha de investigação sobre os auxílios de Estado.

(...)



2017, janeiro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €17 | S/IVA €16,04

172 Páginas

9789898515377

Capa mole

Lombada 8,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,352



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Manual de Compliance

SEBASTIÃO NÓBREGA PIZARRO

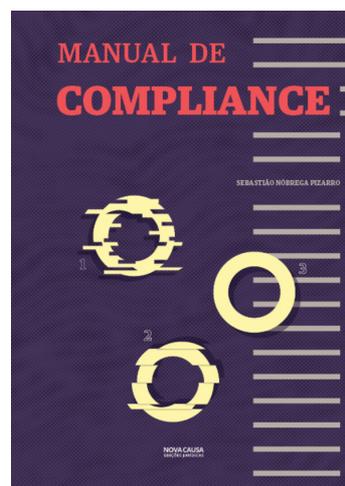
(...)

Como refere Wulf, Katharina “Uma organização torna-se mais atractiva para o mundo exterior, para os stakeholders<sup>4</sup> e para potenciais clientes, se for transparente nas suas práticas, agir de acordo com as leis e poder apresentar-se, em geral, como uma empresa ética. Organizações que implementem um programa ético e de compliance apropriado poderão, potencialmente, ser capazes de fazer mais negócios, uma vez que os compradores e os clientes poderão avaliar o código de conduta, a cultura ética na empresa e o desempenho responsável dos empregados.”

Ao defender aqueles valores, o compliance passa a integrar os factores de competitividade entre as empresas, a par da eficiência e qualidade.

Ao contribuir para a actividade da empresa e para o seu desenvolvimento e progressão, não podemos deixar de considerar que o compliance faz parte integrante do respectivo valor económico.

Não constituindo a panaceia para todos os males das organizações, o compliance permitirá, certamente, uma gestão de riscos mais eficiente, potenciando o crescimento empresarial desejável.



2016, outubro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €24 | S/IVA €22,64

224 Páginas

9789898515360

Capa mole

Lombada 11,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,43



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Insolvência e Recuperação de Empresas

*Série Formulários*

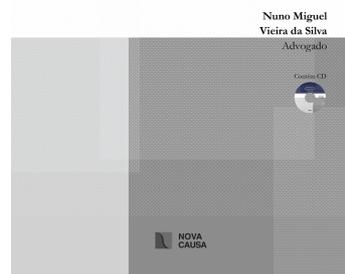
**NUNO MIGUEL VIEIRA DA SILVA**

A presente obra continua com o escopo de tratar todo o processo de insolvência e recuperação, até ao seu termo ideal, ou melhor tratar todo o processo, mas aquele que serenamente segue os fins da insolvência e revitalização de empresas, tal como se retira do espírito do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas.

De resto se não fosse nestes moldes, teríamos para aqui expor um “tratado” e não um livro de minutas, que pretendemos simples e de fácil apreensão, que ajude o leitor na sua vida prática e não o contrário.

Interessa igualmente referir que as presentes minutas, estão atualizadas para funcionarem no novo figurino de organização judiciária, ou seja, ao abrigo da Lei n.º 62/2013 de 26 de Agosto (L.O.S.J) e Decreto-Lei n.º 49/2014 de 27 de Março (R.L.O.S.J) obviamente também se encontram redigidas em prol do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março com a última redação pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Optámos, porém nesta edição revê-la e aumentá-la com requerimentos que entendemos enriquecerem um pouco mais a obra.



2017, novembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Comercial

C/IVA € | S/IVA €

224 Páginas

9789898515353

Capa mole

Lombada 11,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,43



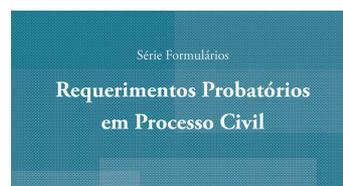
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Requerimentos Probatórios em Processo Civil

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

- I. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA
- II. PROVA POR DOCUMENTOS
- III. PROVA POR CONFISSÃO E POR DECLARAÇÕES DE PARTES
- IV. PROVA PERICIAL
- V. PROVA POR INSPECÇÃO
- VI. PROVA TESTEMUNHAL



2016, agosto | 1.ª Edição

---

Série Formulários

---

Direito Processual

---

C/IVA €21 | S/IVA €19,81

---

240 Páginas

---

9789898515346

---

Capa mole

---

Lombada 12 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,454

---



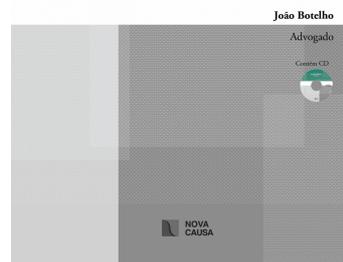
**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Responsabilidades Parentais

*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

Inquérito Pré-contratual  
Acordo de Regulação de Exercício Responsabilidades Parentais (guarda conjunta)  
Acordo de Regulação de Exercício Responsabilidades Parentais (guarda única)  
Declaração de autorização para o menor viajar  
Requerimento inicial para regulação do exercício de responsabilidades parentais (acordo)  
Cláusulas oportunas para elaborar acordos de regulação das responsabilidades parentais  
Requerimento inicial para regulação do exercício de responsabilidades parentais  
Petição de alteração de acordo regulação de responsabilidades parentais, permitindo mudança de local de trabalho.  
Petição para alteração do regime de responsabilidades parentais para guarda conjunta  
Petição de alteração do regime de responsabilidades parentais para guarda alternada por vontade do menor  
Petição para alterar para guarda única do Pai  
Petição para alteração de regime de visitas por suspeitas de abuso sexual de menor  
Petição para alterar para guarda única da Mãe  
Requerimento inicial para exercício do direito de visitas de avós ao neto  
Requerimento a solicitar a presença dos avós paternos na conferência  
Alegações pro avós  
Alegações contra visitas dos avós  
Requerimento a demover a audição da criança.  
Alegações pro guarda única a favor do Pai  
Alegações pro guarda única a favor da Mãe  
(...)



2016, maio | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €29 | S/IVA €27,36

240 Páginas

9789898515315

Capa mole

Lombada 12 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,454



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Acidentes de Viação

## Série Formulários

JOSÉ C. FERNANDES

Petição inicial - indemnização devida pela privação do uso  
Petição inicial - indemnização pela mora na resposta-proposta da seguradora  
Petição inicial - indemnização devida pela privação do uso  
Petição inicial - morte  
Petição inicial - morte de passageiro proprietário  
Petição inicial contra o fga – falta de seguro  
Petição inicial – indemnização pelo dano biológico  
Petição inicial - atropelamento - dano biológico - perda da capacidade de ganho  
Petição inicial - concessionária de auto-estrada  
Petição inicial - acidente ocorrido no estrangeiro  
Petição inicial - *acidente in itinere* - intervenção principal espontânea  
Petição inicial - acidente in itinere - direito de reembolso contra o sinistrado  
Petição inicial - acidente in itinere - sub-rogação contra o responsável - concessionária de auto-estrada  
Petição inicial - direito de regresso da seguradora contra condutor embriagado  
Petição inicial - exercício de direito de regresso contra proprietário que incumpriu obrigação de celebrar contrato de seguro e contra condutor sem habilitação legal  
Petição inicial - arbitramento de reparação provisória  
Petição inicial - seguro de danos próprios - furto  
Incidente de liquidação  
Contestação - ilegitimidade passiva do lesante  
Contestação - falta de seguro  
Contestação - indemnização devida pela privação do uso  
Contestação - prescrição  
Contestação - oposição provocada  
Contestação com dedução de incidente de intervenção acessória provocada para posterior exercício do direito de regresso  
Articulado superveniente - ampliação do pedido  
Requerimento - ampliação do pedido - pedido de indeferimento



2015, setembro | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA € | S/IVA €

404 Páginas

9789898515285

Capa mole

Lombada 20,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,7



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

# A Cessação da Relação Jurídica de Emprego Público

RAQUEL ALVES



A obra que agora se publica corresponde, com algumas adaptações e atualizações (mormente as decorrentes da publicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, do novo Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, e do novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos, na sequência da revisão operada pelo Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de Outubro) à tese de Mestrado apresentada em Maio de 2015 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no Mestrado Científico de Direito Administrativo, orientada pela Senhora Professora Doutora Ana Fernanda Neves. As referências legislativas encontram-se actualizadas a Março de 2016.

2016, junho | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Laboral

---

C/IVA €28,90 | S/IVA €27,26

---

292 Páginas

---

9789898515322

---

Capa mole

---

Lombada 14,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,532

---

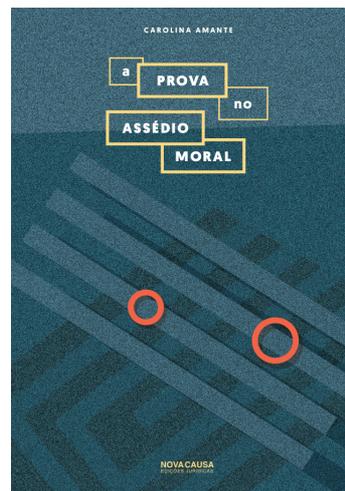


**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# A Prova no Assédio Moral

CAROLINA AMANTE

O assédio moral na sua conceção atual é um fenómeno recente. Na verdade a origem do conceito (mobbing) surge com Konrad Lorenz - zoólogo e etólogo - que estudava o comportamento animal. O cientista utilizou pela primeira vez o conceito mobbing no seu livro "On Agression, de 1966, para descrever comportamentos animais em grupo, nomeadamente o das aves. Por sua vez na década de 70 o médico Peter Paul Heinemann foi o primeiro a utilizar o conceito mobbing para descrever um comportamento humano. Mais tarde em 1976 a psiquiatra americana Carroll M. Brodsky publicou o primeiro livro sobre o tema intitulado "The Harassed Worker", não adotando contudo o termo mobbing. O termo mobbing só começa a ser popularizado com a publicação dos estudos sobre o tema do psiquiatra alemão Heinz Leymann e da psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen.



2016, julho | 1.ª Edição

Monografia

Direito Laboral

C/IVA €17 | S/IVA €16,04

140 Páginas

9789898515339

Capa mole

Lombada 7 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,304



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Oposição à Execução e à Penhora

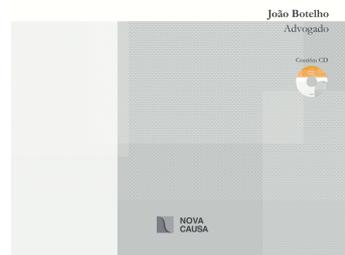
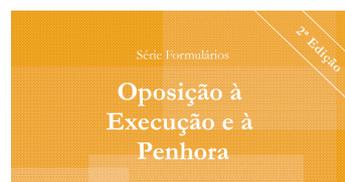
*Série Formulários*

**JOÃO BOTELHO**

CAPÍTULO I - EMBARGOS DE EXECUTADO EMBARGOS DE EXECUTADO A SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSACÇÃO NULA.

CAPÍTULO II - EMBARGOS DE TERCEIRO

CAPÍTULO III - OPOSIÇÃO À PENHORA



2016, fevereiro | 2.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA € | S/IVA €

344 Páginas

9789898515254

Capa mole

Lombada 17,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,61



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

# Viaticum para o PER

JOÃO BOTELHO

- I Introdução
- II A Intervenção do Juiz
- III O Administrador Judicial Provisório
- IV Reclamação de Créditos
- V As Negociações
- VI A Suspensão de Acções
- VII O Plano de Recuperação
- VIII Outras Questões Processuais
- IX PER e Questões Obrigacionais e Cambiárias
- X PER e Questões Laborais
- XI PER e Questões Societárias
- XII Repetição do PER
- XIII PER e Insolvência
- XIV PER e SIREVE



2016, janeiro | 1.ª Edição

Série Fundações de Direito

Direito Comercial

C/IVA €44 | S/IVA €41,51

640 Páginas

9789898515247

Capa mole

Lombada 32 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

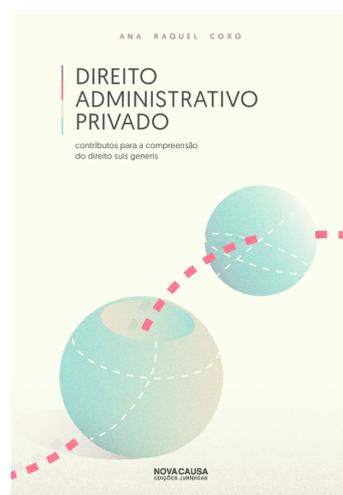
Kgs 1,054



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# Direito Administrativo Privado

ANA RAQUEL COXO



O Direito Administrativo Privado constitui (ainda) um direito suis generis. Na realidade, não tem sido objecto de grande atenção por parte da doutrina, pelo que os seus contornos não se encontram perfeitamente definidos.

Por conseguinte, o seu enquadramento jurídico e a delimitação dos termos da sua aplicação são, não raras vezes, explicados de forma confusa e pouco desenvolvida, sobretudo a propósito do estudo de outras matérias como a privatização. Acresce que o carácter suis generis do Direito Administrativo Privado e a estranheza que o mesmo acarreta se devem à particular conjugação entre o Direito Público Administrativo e o Direito Privado que o mesmo pressupõe.

Neste contexto, moveu-nos o intuito de melhor compreender o Direito Administrativo Privado. Ao longo dos cinco capítulos desta tese, esforçamo-nos por delinear um conceito de Direito Administrativo Privado. Para o efeito, projectámos os âmbitos subjectivo, objectivo, material e processual daquele conceito, através dos quais definimos, respectivamente, o conjunto de sujeitos passivos do Direito Administrativo Privado, as tarefas administrativas sobre que incide, os princípios e normas que o preenchem e ainda a jurisdição competente para apreciar e julgar litígios emergentes de relações jurídicas encetadas ao abrigo deste direito.

2015, novembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Administrativo

C/IVA €13,78 | S/IVA €13

116 Páginas

9789898515216

Capa mole

Lombada 5,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,268



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

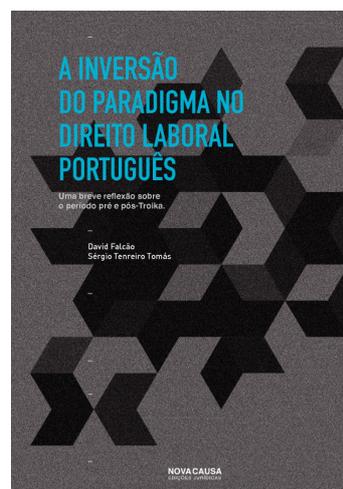
# A Inversão do Paradigma no Direito Laboral Português

DAVID FALCÃO

Com a implementação das medidas previstas no Memorando de Entendimento firmado entre a Troika e o Governo português a 17 de maio de 2011, o Direito Laboral sofreu uma forte inversão de paradigma.

Tais medidas acarretaram, em prol de um falacioso incremento da produtividade, o aumento das horas de trabalho, a diminuição da retribuição, os despedimentos a baixo custo, a flexibilização dos vínculos sem que os “guardiões da Constituição da República Portuguesa” é dizer, o Tribunal Constitucional tivesse feito o que quer que fosse a não ser pactuar com a destruição da vocação deste ramo do Direito – a suavização do desequilíbrio existente na relação laboral entre empregador e trabalhador.

Desta forma pretende-se nesta obra, em primeiro lugar, estabelecer uma comparação entre os direitos que assistiam aos trabalhadores antes da entrada em vigor da Lei n.º 23/2012 de 25 de junho (e de outras que se lhe seguiram) e, os que deixaram de lhes assistir na sequência da implementação das referidas medidas; em segundo lugar, abordar a posição do Tribunal Constitucional sobre cada uma das medidas e, por fim, proceder-se a uma reflexão sobre o estado atual do Direito do Trabalho.



2015, setembro | 1.ª Edição

---

Monografia

---

Direito Laboral

---

C/IVA €13 | S/IVA €12,26

---

112 Páginas

---

9789898515209

---

Capa mole

---

Lombada 5,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,262

---



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Especulação de Preços

MARCELINO ABREU

Falar de especulação de preços é, por certo, falar de um tema candente nos dias que correm. Todos a apontam como sendo, em grande parte, a responsável pela crise e instabilidade económica e financeira em que estamos globalmente mergulhados.

Tal como o fazem relativamente à inflação, os estados combatem-na abertamente, sendo tal combate, inclusive, um objectivo das suas políticas económicas, associado geralmente, também ao combate às práticas restritivas da concorrência.

Historicamente, tal combate tem sido feito com recurso ao direito penal e às suas sanções.

Na abordagem que faremos a este fenómeno, além de procurarmos dar a nossa definição de especulação ilícita de preços, procuraremos, também, demonstrar que a especulação não tem que ter só efeitos negativos sobre a economia, podendo ter, também, se nesse sentido for levada a cabo, efeitos positivos.

Procuraremos, pois, mostrar os dois lados deste fenómeno: o lado positivo, aquele em que a especulação permite atenuar os efeitos nefastos que a oscilação dos preços pode ter para a economia e, desse modo, contribui para a estabilidade dos preços e, conseqüentemente, para a estabilidade do mercado (condição essencial para que aí se crie riqueza). E o lado negativo, aquele, que todos conhecemos e que mais tememos. O lado em que a especulação, quando usada com esse fim, provoca instabilidade nos preços e, desse modo, facilita o aparecimento de assimetrias, receios e volatilidade nos mercados que, por isso, gera retraimento, quer dos investidores, quer dos clientes/consumidores, o que, tudo junto, propicia o definhamento da economia.  
(...)



2015, setembro | 1.ª Edição

Monografia

Direito Comercial

C/IVA €17,90 | S/IVA €16,89

208 Páginas

9789898515193

Capa mole

Lombada 10,4 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,406



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Arresto

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

Arresto contra construtor civil  
Arresto de créditos pedido por ex-gerente destituído ad nutum  
Arresto de carros  
Arresto fundamentado em abuso de direito societário i  
Arresto fundamentado em abuso de direito societário ii  
Arresto fundamentado na insuficiência de património conhecido  
Arresto fundamentado em montante de crédito muito elevado conjugado com falta de liquidez do devedor  
Arresto de coisas oneradas e do bem transmitido  
Arresto de bens de terceiro em acção de impugnação pauliana a instaurar  
Arresto de bens de terceiro tendo sido já instaurada acção pauliana  
Oposição a arresto por o crédito ser considerado inexistente  
Oposição com pedido de redução do objecto do arresto  
Oposição a arresto laboral  
Oposição com pedido de litigância de má fé  
Resposta a pedido de litigância de má fé  
Oposição mediante recurso  
Recurso de arresto por falta de periculum in mora  
Recurso de arresto apesar do anúncio dum trespassse  
Resposta a pedido de litigância de má fé  
Oposição a arresto contra fiel depositário  
Justificação de fiel depositário contra pedido de ar- resto  
Embargos de terceiro proprietário que ainda não registou o imóvel  
Outros embargos de terceiro de proprietário que ainda não registou imóvel  
Contestação a embargos de terceiro de penhora de- corrente de arresto  
Contestação de embargos de executado a crédito exequendo arrestado  
Acção de indemnização por arresto injustificado  
Pedido de levantamento de arresto (art.º 771/4 ncp) c  
Pedido de substituição de arresto por caução  
Pedido de venda antecipada de bem arrestado  
Pronuncia do executado-arrestado sobre o crédito reclamado ( art .º 792.º/2 ncp)



2015, junho | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Processual

C/IVA €22,25 | S/IVA €20,99

244 Páginas

9789898515179

Capa mole

Lombada 12,2 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,46



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Regulação das Responsabilidades Parentais

JOÃO BOTELHO

A ratio da expressão responsabilidades parentais em vez de poder paternal  
O Superior interesse da criança  
A Audição da criança  
A Descrição genérica da situação da criança  
Questões de particular importância e meros actos da vida corrente para o filho  
A Favor da Guarda Conjunta  
A favor da Guarda Alternada  
Contra a Guarda Conjunta ou Alternada  
A Favor da Guarda Única  
Guarda Experimental  
Alimentos  
Os irmãos  
Os Avós e os tios  
O padrasto e a madrasta  
As visitas  
A casa  
A ida para o estrangeiro e a Mudança de Residência  
Síndrome de Alienação Parental (SAP)  
Cláusulas oportunas para desenhar os regimes de regulação das responsabilidades parentais  
O pedido e o objectivo das normas sobre a regulação do poder paternal  
Competência Internacional  
Competência Interna  
Processo de Jurisdição Voluntária  
Incidente de Incumprimento e Medidas Cautelares  
Provas  
A Alteração ao regime  
Recursos



2015, maio | 1.ª Edição

Série Fundamentações de Direito

Direito Civil

C/IVA € | S/IVA €

272 Páginas

9789898515162

Capa mole

Lombada 13,6 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,502



**NovaCausa**  
**R Quinta da Vinha, 47**  
**Calendário**  
**4760-308 Vila Nova de Famalicão**  
**novacausa@novacausa.net**

# Abuso de Confiança Peculato, Infidelidade e Furto

*Responsabilidade Civil do Estado*  
*“Sentença Injusta” ou violação do “Juiz Legal”*

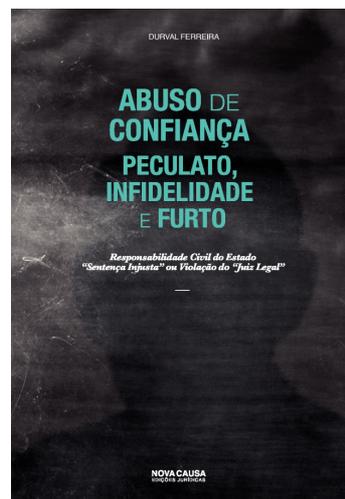
**DURVAL FERREIRA**

(...)

"Com uma forma também didática o autor revela e alcança a pretensão de dizer de modo sintético, preciso e conciso, o essencial sobre a matéria nas várias sedes.

Constitui esta obra uma clara reflexão sobre os mencionados crimes, uma abordagem teórica, prática e crítica revelando a enorme vivência e experiência do autor no mundo jurídico, que, como se impõe, destaca que não pode haver crime que “não resulte de lei prévia, certa e escrita”.

**João Fernando Fernandes de Magalhães**



2014, maio | 1.ª Edição

Monografia

Direito Penal

C/IVA €25 | S/IVA €23,58

316 Páginas

9789898515094

Capa mole

Lombada 15,8 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,568



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
novacausa@novacausa.net

# Caso de Força Maior

## Série Formulários

JOÃO BOTELHO

### I. Petições Iniciais p. 9

Minuta 1 – Petição inicial: Acção resolutive por alteração das circunstâncias

Minuta 2 – Petição inicial defendendo o equilíbrio das prestações

Minuta 3 – Petição inicial pedindo alteração do valor de avença

Minuta 4 – Petição inicial para diminuição da pensão de alimentos devida a filho menor

Minuta 5 – Petição Inicial: incêndio em viatura na oficina

Minuta 6 – Petição inicial: impossibilidade originária

Minuta 7 – Petição inicial para Segundo PER

Minuta 8 – Procedimento Cautelar Comum de suspensão de garantia bancária autónoma

### II. Contestações p. 67

Minuta 9 – Contestação: abuso de direito do inquilino a pedir obras

Minuta 10 – Contestação por desequilíbrio das prestações

Minuta 11 – Contestação a acção resolutive defendendo a manutenção de interesse na prestação

Minuta 12 – Contestação à alegada impossibilidade originária dum Contrato promessa

Minuta 13 – Contestação por impossibilidade temporária

Minuta 14 – Contestação por falta de conexão da crise com os danos

Minuta 15 – Contestação: Furto de coisas consignadas em loja

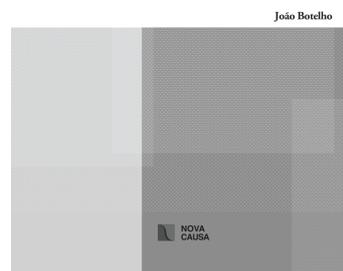
Minuta 16 – Contestação por inexistência de caso fortuito

### III. Cartas p. 113

Minuta 17 – Carta a declarar a caducidade de contrato de trabalho

Minuta 18 – Carta para senhoria por força do COVID 19

Minuta 19 – Carta do senhorio a declinar alteração ao contrato por causa do COVID 19



2020, junho | 1.ª Edição

Série Formulários

Direito Civil

C/IVA €18 | S/IVA €16,98

130 Páginas

9789895481217

Capa mole

Lombada 6,5 mm

Altura 210 mm x Largura 160 mm

Kgs ,289



**NovaCausa**

**R Quinta da Vinha, 47**

**Calendário**

**4760-308 Vila Nova de Famalicão**

**novacausa@novacausa.net**

# Direito da Família

MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA



2016, maio | 1.ª Edição

---

Manual

---

Direito Civil

---

C/IVA € | S/IVA €

---

592 Páginas

---

9789898515292

---

Capa mole

---

Lombada 29,6 mm

---

Altura 210 mm x Largura 160 mm

---

Kgs ,982

---



**NovaCausa**  
R Quinta da Vinha, 47  
Calendário  
4760-308 Vila Nova de Famalicão  
[novacausa@novacausa.net](mailto:novacausa@novacausa.net)